

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**

**ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

**YASMIN SILVA GASPERINI**

**HENRY DUNNING MACLEOD E A CONTRAPOSIÇÃO À ECONOMIA  
POLÍTICA: novos significados para riqueza e moeda na Inglaterra de 1850**

**GUARULHOS**

**2022**

**Universidade Federal de São Paulo**  
**Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**  
**História Bacharelado**

**Yasmin Silva Gasperini**

**Henry Dunning Macleod e a contraposição a economia política: novos  
significados para riqueza e moeda na Inglaterra de 1850**

**Orientador(a): Doutora Rosângela Ferreira Leite**

**Guarulhos**

**2022**

**YASMIN SILVA GASPERINI**

**HENRY DUNNING MACLEOD E A CONTRAPOSIÇÃO À ECONOMIA  
POLÍTICA: novos significados para riqueza e moeda na Inglaterra de 1850**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal de  
São Paulo como requisito parcial para  
obtenção do grau de Bacharel em  
História.**

**Orientador(a): Doutora Rosângela  
Ferreira Leite.**

**GUARULHOS**

**2022**

Na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei de direitos autorais nº 9610/98, autorizo a publicação livre e gratuita desse trabalho no Repositório Institucional da UNIFESP ou em outro meio eletrônico da instituição, sem qualquer ressarcimento dos direitos autorais para leitura, impressão e/ou download em meio eletrônico para fins de divulgação intelectual, desde que citada a fonte.

Gasperini, Yasmin Silva.

Henry Dunning Macleod e a contraposição a economia política: novos significados para riqueza e moeda na Inglaterra de 1850/Yasmin Silva Gasperini. – 2022 – f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Habilitação em História). – Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Humanas.

Orientador: Rosângela Ferreira Leite

Título em inglês: Henry Dunning Macleod and the Opposition's Political Economy: New Meanings for Wealth and Money in England in the 1850s.

1. Economia Política A. 2. Liberalismo B. 3. Inglaterra C.4 Teoria Monetária D.5. Crédito. I. Rosângela Ferreira Leite. II. Henry Dunning Macleod e a contraposição a economia política: novos significados para riqueza e moeda na Inglaterra de 1850.

**YASMIN SILVA GASPERINI**

**Henry DUNNING MACLEOD E A CONTRAPOSIÇÃO À ECONOMIA  
POLÍTICA: novos significados para riqueza e moeda na Inglaterra de 1850**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal de  
São Paulo como requisito parcial para  
obtenção do grau de Bacharel em  
História.**

**Aprovado em: 05 de Agosto de 2022**

---

Profa. Dra. Rosângela Ferreira Leite  
Universidade Federal de São Paulo

---

Luty Guilherme Fortes

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica pela  
Universidade de São Paulo (USP) e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação  
em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

---

Prof. Dr. Janes Jorge

Universidade Federal de São Paulo

Dedico este trabalho a Elizabeth da Silva Gasperini (*in memoriam*)  
e aos meus pais Cláudio Gasperini e Meres Rute Silva Gasperini.

## **AGRADECIMENTOS**

Essa pesquisa é resultado da minha trajetória pessoal, iniciada em 2017 e incentivada pelos meus pais, Meres Rute e Cláudio, minha irmã, Daniele, grandes apoiadores do meu ingresso numa universidade pública.

Em especial à minha mãe, trabalhadora assalariada, que não mediu esforços e investiu financeiramente na minha trajetória acadêmica.

Agradeço ao Rodrigo Dias, meu companheiro que, nos últimos anos sempre, apoiou minha rotina acadêmica, ajudando-me em tarefas, lendo textos comigo e incentivando-me a pensar em projetos acadêmicos futuros. É a pessoa com a qual aprendi que não sou apenas historiadora, mas merecedora de momentos de descontração, e que a vida é maior que não se resume ao momento da minha formação. Obrigada por ter acompanhado de perto a escrita desta pesquisa.

Ao meu amigo de longa data, Luan Borges, agradeço pelas conversas nos corredores da universidade e por todos os trabalhos conjuntos que se mostraram extremamente importantes para o meu aprendizado. Você nunca me deixou na mão, além de ser extremamente cuidadoso comigo, sempre revisou minhas atividades escritas antes de enviar para os professores. Também, quando eu não estava bem e me sentindo mal, você tinha palavras de conforto e incentivo para eu continuar. Quando falava que eu era boa pesquisadora, eu simplesmente acreditava nisso e seguia em frente.

Juliana Azevedo é a minha amiga querida que conheci por causa do programa de monitoria em História da América em 2018. Não nos distanciamos mesmo quando eu optei por outra área de pesquisa em 2019 e desde então somos muito próximas.

Yara Cristina Mendes é uma inspiração para mim, ficou sete anos na Unifesp e nunca desistiu de se formar. Conheci-a por acaso depois de alguns anos na graduação. É uma pessoa com a qual me identifico pela trajetória de vida: mulher, pobre, trabalhadora em busca do seu diploma. É uma mulher forte e também sempre me apoiou, leu meus trabalhos, fizemos matérias juntas. Ela já está formada e continua me ajudando na revisão das minhas tarefas e sempre se preocupou com a minha saúde psicológica em momentos extremamente delicados.

A escrita dessa pesquisa só foi possível graças aos meus amigos Luan Borges, Júlio Bueno e Natália Pozzi que leram todas as versões desse texto. Foram pacientes e fizeram críticas construtivas.

Agradeço ao NELCA, grupo de pesquisa da minha orientadora, a Professora Dra. Rosângela Ferreira Leite, e aos seus membros: Luty Fortes, um pessoa extremamente solícita;



Julio Bueno, muito cuidadoso comigo, um amigão com quem pude conversar sobre as coisas da vida e da graduação, é uma pessoa sincera e me sinto muito privilegiada de ser colega de profissão de uma pessoa tão dedicada à História; e Josiane Sampaio, mulher maravilhosa que me confortou nesses últimos dias, me sinto acolhida pelas nossas conversas no nosso dia a dia, trocamos nossas dificuldades enquanto pesquisadoras mulheres e nos fortalecemos por meio dos desabafos. Vocês são a minha segunda família, tenho muito carinho por todos vocês e essa pesquisa é fruto de nossas leituras e discussões em grupo iniciadas em maio de 2021 sobre os Liberais Clássicos.

Esse trabalho não seria possível sem a professora Rosângela, orientadora paciente, humilde e compreensiva durante a escrita do projeto. Ela é o modelo da historiadora e professora que eu gostaria de ser, pois acredita no potencial dos seus alunos, futuros pesquisadores. Eu te escolhi para ser minha orientadora quando tive um péssimo desempenho em História Contemporânea I, em 2019, no momento em que recebi a minha avaliação. Você fez críticas pontuais e construtivas ao meu trabalho sem desmerecer o meu processo de aprendizagem. Esse episódio certamente me cativou e me levou à melhor escolha feita na graduação.

E, por fim, agradeço à Banca que teve paciência e compreensão com as limitações dos prazos da pesquisa.

## **RESUMO**

A teoria econômica clássica estava no seu apogeu quando o debate bancário inglês se iniciou, dialogando diretamente com a *Currency School* e com a *Banking School*. A intenção do economista Henry Dunning Macleod (1821-1902) era reescrever a ciência econômica, dando novos significados para os conceitos de valor, riqueza, moeda e crédito. O economista defendeu uma ciência econômica indutiva e não dedutiva, tendo como principal objeto o valor subjetivo das trocas de bens (materiais ou imateriais) em sua argumentação, excluindo de sua teoria questões que envolviam trabalho como fonte de toda a riqueza de uma nação, seja na renda da terra ou da produção mercantil. O trabalho era elemento central e constitutivo da teoria do valor-trabalho recorrente para os autores clássicos da Economia Política. Este TCC tem como objetivo analisar a obra *A Dictionary of Political Economy* (1859) de Macleod e compreender como o economista revisitou as obras clássicas para fundamentar a sua Teoria do Crédito.

**Palavras-chave:** Henry Dunning Macleod, Liberalismo, Inglaterra, Crédito, Economia Política.

## **ABSTRACT**

Classical economic theory was at its height when the English banking debate began, dialoguing directly with the *Currency School and the Banking School*. The intention of economist Henry Dunning Macleod (1821-1902) was to rewrite economics, giving new meanings to the concepts of value, wealth, money, currency and credit. Defending an inductive and non-deductive economic science, having as main object the subjective value of the exchange of things (material or immaterial) in his argument, excluding from his theory questions that involved work as a source of all the wealth of a nation, whether in income of land or commodity production. Work was a central and constitutive element of the recurrent labor theory of value for the classical authors of Political Economy. This TCC's aims to analyze Macleod's *A Dictionary of Political Economy (1859)* and understand how the economist revisited classical works to support his Theory of Credit.

**Keywords:** Henry Dunning Macleod, Liberalism, England, Credit, Political Economy.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1. HENRY DUNNING MACLEOD.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1. Henry Dunning Macleod: vida e principais obras.....</b>	<b>19</b>
<b>1.2. A economia política clássica e o Liberalismo sob a perspectiva de Macleod .....</b>	<b>26</b>
<b>1.3. Após a crise da Economia Política: elementos da Currency e da Banking School....</b>	<b>33</b>
<b>2. UM DICIONÁRIO DE ECONOMIA POLÍTICA .....</b>	<b>38</b>
<b>2.1. Moeda, Riqueza e Valor .....</b>	<b>39</b>
<b>2.2. A Lei Bancária de 1844 .....</b>	<b>44</b>
<b>2.3. O Banco da Inglaterra.....</b>	<b>51</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>

## INTRODUÇÃO

O intuito deste pequeno trabalho é apresentar um recorte da obra *Um Dicionário de Economia Política: Biográfico, Bibliográfico Histórico e Prático*, de 1859, escrito por Henry Dunning Macleod, um economista e jurista nascido em Edimburgo na Escócia, em 1821. Será analisada uma pequena parte da produção bibliográfica do economista jurista. No decorrer de sua carreira (entre 1855 e 1896), Macleod escreveu treze livros, cujos principais temas tratavam do crédito e do dinheiro. As principais obras são *Teoria e Prática Bancária*, de 1856, *Elementos de Economia Política*, de 1858, e *Dicionário de Economia Política*, de 1859. Ele faleceu em 1902 e não há informações acessíveis sobre o local e causa de sua morte.

A primeira parte da pesquisa se concentra no estudo da vida do autor, no levantamento bibliográfico sobre Macleod e na descrição dos primeiros elementos da teoria monetária clássica. Nosso personagem era contemporâneo da produção das obras clássicas da Economia Política, entretanto, a sua produção foi esquecida com o passar do tempo por ser um crítico da Economia Política, em especial de David Ricardo e Adam Smith. Mas no decorrer do texto, esse esquecimento será analisado, já que nos 1870, 1950 e 1990 a obra de Macleod foi objeto de debate entre correntes teóricas econômicas. Em determinados momentos históricos sua teoria foi retomada para justificar os estudos econômicos de autores econômicos que flertavam com a heterodoxia, em razão disso, ocorreu um suposto apagamento de suas obras em determinados contextos de produção da história econômica do século XIX e XX.

Além disso, será explanado a Teoria do Crédito no qual o economista é reconhecido pela sistematização da moeda fiduciária e as instituições financeiras. E também, por meio do recorte sobre as temáticas abordadas em *Um Dicionário de Economia Política*, de 1859, no verbete "Crises Econômicas", entre 1763 e 1857. No qual analisaremos o objetivo central do autor em seu artigo era explicar as ações do Banco da Inglaterra e quais os impactos da Lei Bancária de 1844 no sistema bancário inglês. Pois, para Macleod a lei bancada de 1844 teve um impacto direto no sistema produtivo agrícola e nas manufaturas, já que as linhas de crédito foram suspensas pelo Banco da Inglaterra. Macleod, fará um resgate histórico do congelamento temporário do crédito durante os principais períodos da recessão inglesa entre 1825 e 1857.

E, por fim, abordaremos as críticas do economista ao Banco da Inglaterra e a Lei Bancária de 1844, por meio de excertos do dicionário. E como Macleod discute explicitamente a maneira como os bancos expandiram a emissão de notas promissórias por meio de descontos diretos em contas de clientes, ou fazendo adiantamentos de dinheiro em relação ao pagamento das notas por meio da sua Teoria do Crédito. Para o economista, o Banco da Inglaterra

monopolizou por meio da Lei de 1844, as linhas de crédito durante a recessão econômica, por meio da venda de títulos públicos. De maneira que, após 1844, o Banco tornou-se o principal centro econômico-financeiro do período, apesar das sucessivas crises que ele enfrentou na transição do século XVIII para o século XIX.

## 1. HENRY DUNNING MACLEOD

Até bem pouco tempo atrás, a conjuntura econômica entre 2007 e 2008 (com a desvalorização do dólar, e a conseqüente crise do euro entre 2010 e 2011), era assinalada como a principal crise recente do capitalismo. Os anos de 2020 e 2021 mudaram essa percepção. O cenário da pandemia da SARS-COVID 19 intensificou uma sobreposição de problemas sanitários, humanitários, econômicos e de avanço das direitas no mundo.

Segundo José Paulo Netto e Marcelo Braz (2019, p. 161) as etapas “[...] depressão, retomada e auge [...]” do sistema financeiro, são ciclos cada vez mais frequentes na fase atual do Capitalismo, resultando numa incapacidade do trabalhador de consumir, sendo que o principal gestor da pobreza da população mundial é o sistema capitalista. (BRAZ E NETTO, 2019, p. 161).

Na década de 1990, no auge do neoliberalismo, um economista escocês do século XIX começou a ser recuperado com frequência; tratava-se Henry Dunning Macleod (1821-1902). As obras do economista foram recuperadas, principalmente em meados dos anos 1990, por Neil Thomas Skaggs (1997, 1998, 2003), professor de economia da Universidade do Estado de Illinois (Illinois State University). Houve uma intensa produção de história econômica e economia sobre a grande crise petrolífera de 1973.

Skaggs (2003, p.363), ao enfatizar a retomada de Macleod nos anos de 1990, apontou que a sua compreensão não poderia ser realizada sem retomarmos brevemente o contexto dos anos de 1970 a 1980. Estas décadas foram de intensa inflação e colapsos monetários, políticos e produtivos, que afetaram o principal centro econômico mundial, como os Estados Unidos, os países árabes do Golfo Pérsico, além de outros países europeus, que estavam interligados ao sistema monetário estadunidense.

Após o *crash* de 1973, segundo Skaggs (1998, p. 465), se instalou uma preocupação do Governo dos Estados Unidos com a “estabilidade de preços” internacionais, houve um incentivo por parte do Estado estadunidense para que estudos sobre a economia mundial fossem financiados pela *Federal Reserve*<sup>1</sup>, foram feitos estudos internacionais sobre a necessidade de controlar o valor da moeda fiduciária (*fiat money*). Moeda fiduciária seria a moeda emitida por governos por meio de seus bancos centrais. Então, havia uma necessidade de estabilizar o mercado financeiro e retomar a confiança da sociedade em relação aos investimentos após o fim do padrão ouro, conforme assinalou Skaggs:

---

<sup>1</sup> Federal Reserve ou Reserva Federal, é o sistema que interliga todos os bancos centrais norte-americanos fundado em 1913.

Sob um padrão de moeda fiduciária, o valor do dinheiro depende de decisões políticas. A centralização da tomada de decisões em tais sistemas torna a credibilidade um sinônimo de confiança ainda mais importante hoje do que quando o ouro reinava supremo. (SKAGGS, 1998, p. 465).

A centralização de sistemas financeiros e a preocupação em estabelecer uma moeda forte foram as principais preocupações econômicas na década de 1990. Além disso, Skaggs (1998) afirma que os economistas retomaram o argumento de que as decisões econômicas não se limitavam ao equilíbrio da moeda em razão de haver uma relação indissociável entre desenvolvimento financeiro e o crescimento econômico. Para ele, o controle fiduciário estava intimamente envolvido com decisões políticas das potências econômicas da economia global (SKAGGS, 1998, p. 465).

Skaggs (2003), ao retomar a literatura econômica monetária dos anos de 1950 e 1960 para compreender a relação entre desenvolvimento financeiro e desenvolvimento econômico, destacou a obra de Edward S. Shaw (1908-1994) e seu aluno John G. Gurley<sup>2</sup>. A insatisfação de Shaw com as abordagens ortodoxas keynesianas e monetárias dos anos 1950, levaram ele a ter “afinidade” com as ideias do economista político Henry Dunning Macleod, que viveu um século antes (SKAGGS, 2003, p. 362-363).

Shaw e Macleod defendiam que o dinheiro e o seu controle financeiro eram fundamentais para o crescimento de longo prazo das economias nacionais. Entretanto, a teoria de Shaw foi bem recebida por seus pares em seu contexto de produção, já a vida e obras Macleod foram revisitadas em períodos determinados do século XIX e XX. Logo, a produção de Macleod não foi esquecida como veremos no decorrer do TCC, é possível identificar que autores, como Shaw e Gurley, que retomam a produção do economista e jurista escocês de acordo com as demandas políticas, históricas e econômicas de sua produção.

Assim, para Skaggs (1997, 1998, 2003), o resgate da literatura de Macleod se deu, justamente, porque o mesmo compreendia que a relação entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico estavam interligadas. Dado que, para o autor, a maioria dos economistas do século XIX reconheciam a importância da “confiança em um sistema monetário que funcionasse adequadamente” (SKAGGS, 1998, p. 453).

Apesar de ser um economista marginalizado, a sua Teoria do Crédito tem seus méritos em relação aos autores clássicos, pois, discutia explicitamente a maneira como os bancos expandiram a emissão de notas promissórias por meio de descontos diretos em contas de

---

<sup>2</sup> Gurley, 1964 e Shaw, 1955 apud SKAGGS, 2003, p.362-365.



clientes ou fazendo adiantamentos de dinheiro em relação ao pagamento das notas. Além de estudar como o efeito da emissão de notas afetava a economia doméstica — o desconto de notas e a expansão do crédito doméstico tem uma relação direta no crescimento das sociedades bancárias. Havia uma relação direta entre o crescimento das linhas de crédito doméstico e a expansão financeira dos Bancos, o que provocou um impacto direto no sistema econômico do período.

Desta forma, a presente pesquisa tem como objeto de estudo a obra do economista, advogado e banqueiro escocês Henry Dunning Macleod, intitulada *Um Dicionário de Economia Política: Biográfico, Bibliográfico Histórico e Prático (1859)*. Para realizarmos uma análise deste dicionário, é necessário conhecer a trajetória do autor e ter certa familiaridade inicial e sumária com outras produções de sua autoria, ainda que não tenha sido possível, neste trabalho, aprofundar as diferentes obras.

O recorte desta pesquisa encontra-se nas temáticas abordadas no Dicionário de Economia Política (1859), escrito por Macleod, concentrando-se no estudo do verbete “Crises Econômicas”, entre 1763 e 1857” (MACLEOD, 1859, p. 626-647). Entre essas temáticas, a intenção do autor, em seu escrito, era explicar as ações do Banco da Inglaterra e quais foram os impactos da Lei Bancária de 1844.

Xavier Bradley (2001, p. 2), afirma que a Lei Bancária de 1844 foi um marco na história do Banco da Inglaterra, pois esta carta permitiu duas alterações significativas na administração do banco. Em primeiro lugar, limita as emissões de notas feitas por outras sociedades bancárias em todo o país, concentrando, futuramente, a emissão no Banco da Inglaterra. Além disso, a emissão de notas deveria o Princípio da Moeda (*Currency Principle*), que consistia na seguinte premissa: “a circulação de notas deve ser estritamente análoga a uma circulação metálica” (BRADLEY, 2001, p. 2).

Em segundo lugar, o Banco deveria ser dividido em dois departamentos: Departamento de Emissão deveria garantir que o pagamento das notas seria por meio de depósitos em ouro, controlando a emissão fiduciária, e o Departamento Bancário seria o responsável pelas operações de descontos, operações que enfrentava a concorrência de outros bancos. A reforma visava controlar a inflação de crises anteriores a 1844 e a má gestão da emissão pelo Banco, para Bradley (2001) se deu por “as virtudes de uma moeda metálica deveriam ser mantidas no sistema de papel-moeda mais barato e prático” (BRADLEY, 2001, p. 2).

Além disso, J. Lawrence Broza e Richard S. Grossman (2004) falam sobre o uso de cartas leis desde a fundação temporária do Banco da Inglaterra em 1694, inclusive a criação do Banco se deu por meio de uma carta lei. E as cartas leis foram mantidas de acordo com a

necessidade do Parlamento e das “circunstâncias orçamentárias da Coroa”, que estavam em defasada por despesas de guerras que eram frequentes na história da Grã-Bretanha (GROSSMAN e LAWRENCE, 2004, p. 48). Como, por exemplo, a Guerra dos Sete Anos contra a França e as Invasões Napoleônicas, assim, as cartas leis exigiam fundos adicionais para os conflitos, de maneira que as demandas por empréstimos ao Banco da Inglaterra foram aumentando, sendo o principal banco de empréstimos europeus do século XIX.

No *Dicionário de Economia Política: Biográfico, Bibliográfico Histórico e Prático* (1859) o economista analisou, quantitativamente, as intervenções econômicas feitas pelos Diretores do Banco da Inglaterra por meio da Lei Bancária de 1844, em períodos de crises econômicas. Ele tentaria determinar qual seria a eficiência da equivalência entre a emissão de notas promissórias e os depósitos feitos em ouro para o Banco. Como era possível uma quantidade de outro valor uma quantidade de notas promissórias.

A análise do Dicionário de Economia concentra-se nas críticas que o economista escocês fez ao Banco da Inglaterra sobre as questões relacionadas ao seu surgimento e o papel que cumpria como o principal Banco emprestador de crédito da Europa no século XIX. Tendo em vista que o conteúdo da Carta que inaugurou a Lei Bancária de 1844 não foi exposto na fonte primária, tanto a análise do seu conteúdo, quanto dos questionamentos levantados, serão realizados por meio do apoio de fontes secundárias.

As questões quantitativas elaboradas do documento não serão contempladas nesta análise. Logo, a argumentação irá se concentrar em apresentar como Henry Dunning Macleod era contemporâneo da produção das obras clássicas da Economia Política e quais foram os impactos dessa literatura em sua produção teórica. Ademais, esse dicionário também irá tratar a respeito do contexto de produção da transição do Capitalismo Mercantil para o Capitalismo Financeiro.

Capitalismo Comercial para o Capitalismo Comercial é a primeira fase do sistema capitalista que se iniciou no século XV com a exploração de metais e rotas comerciais em territórios ultramarinos como na América, África e Ásia, fase que perdura até final do século XVIII. Já o Capitalismo Financeiro se inicia no século XIX, com a integração da produção das manufaturas e a expansão das redes comerciais mundiais. Além disso, é por meio da formação das sociedades bancárias e com a expansão de sistema de crédito, sistema este que seria a base para a organização administrativa e financeira dos Bancos Modernos.

### 1.1. Henry Dunning Macleod: vida e principais obras

Henry Dunning Macleod foi um economista e jurista nascido em Edimburgo no Castelo de Invergordon, Ross e Cromarty, na Escócia, em 1821. Estudou na Academia de Edimburgo, Eton e Trinity College, e Universidade de Cambridge, concluindo sua formação em Direito em 1849. Skaggs (1997, p. 109) diz que o economista em 1854 foi convidado para integrar a diretoria do *Royal British Bank*, banco de ações, onde ele concluiu seus estudos sobre economia e começou a reformular elementos da teoria monetária clássica, permaneceu como diretor do banco durante grande parte de sua carreira. O economista era uma figura importante para a sociedade inglesa, pois, como diretor do maior banco de ações do século XIX, hierarquicamente ele estava apenas abaixo do Primeiro-Ministro inglês e do Secretário do Tesouro. Ele também era membro do *Inner Temple*, advogado e membro da *Cambridge Philosophical Society*. Entre 1855 e 1896 escreveu treze livros.

De acordo com Skaggs (1997, p. 109-2003, p. 362) os temas principais das obras eram sempre o crédito e o dinheiro. Em especial nos livros, como: *Teoria e Prática Bancária*, de 1856, *Elementos de Economia Política*, de 1858, e *Dicionário de Economia Política*, de 1859, estes estão intimamente ligados aos assuntos financeiros e aos aspectos bancários do contexto inglês de 1850. Macleod faleceu em 1902, mas não há informações acessíveis sobre o local e causa de sua morte.

Skaggs (1997) ressalta que apesar da fama de Macleod, quando lançou suas obras, na atualidade poucos sabem sobre sua teoria, defendendo que “Macleod realmente foi um pensador original, cujas ideias sobre dinheiro, crédito e bancos estavam muito à frente da sabedoria comum de sua época” (SKAGGS, 1997, p. 110). Porque, Macleod “discutiu sobre a natureza do dinheiro e do crédito, o processo bancário, a relação entre o sistema bancário e o desenvolvimento econômico e a economia do sistema bancário competitivo” (SKAGGS, 1997, p. 110). Todos esses elementos reunidos permitiram um exame mais detalhado de como o sistema financeiro se desenvolvia por meio do crédito.

Para Skaggs (1997, p. 110), a teoria do economista só foi resgatada em 1990 por causa dos “desafios à teoria monetária do crédito” encadeados pela instabilidade monetária. Entretanto, de acordo com Fábio R. Cassimiro Corrêa (2015, p. 1) enfatiza que apesar das obras do economista não terem sido bem recepcionadas na Europa, o autor foi uma figura importante para a formação da Escola Institucionalista nos Estados Unidos, fundada por Thorstein Bunde Veblen (1857 -1929) fundada em 1870. Ou seja, as ideias de Macleod estavam circulando tanto na Europa quanto na América. É válido ressaltar que Shawn, na década de 1950, resgata as

ideias de Macleod para justificar sua oposição à teoria keynesiana, além dos trabalhos de Neil Shaggs voltados para compreender o papel do crédito e do dinheiro nas obras de Macleod na década de 1990.

De fato, a obra do economista foi pouco traduzida. Por exemplo, Fábio R. Cassimiro Corrêa (2015) e Amaury Gremaud (2020), são um dos poucos autores que descrevem em seus artigos, brevemente, a vida e obra do economista, sendo um dos poucos textos utilizados em português, neste projeto, que trata sobre o tema. Macleod foi o precursor da teoria do crédito em meio ao debate bancário inglês em 1850, mas seu trabalho é pouco traduzido, mas não necessariamente esquecido. A questão é compreender as motivações que fizeram que determinadas correntes econômicas revisitassem as obras do economista em diferentes momentos históricos.

Joseph A. Schumpeter (SCHUMPETER apud NUMA, 2016, p. 240) declarou que o economista era um profissional “de mérito”, entretanto, “não foi levado a sério, por sua incapacidade de apresentar as suas boas ideias em uma forma profissionalmente aceitável”. A frase de Schumpeter representa de modo conciso o que foi a vida e as obras do autor. Por mais que ele tenha sido pioneiro na elaboração do papel do crédito na sociedade moderna, sua produção ficou restrita aos aspectos monetários e financeiros na primeira metade do século XIX.

Macleod foi contemporâneo aos autores da Economia Política, mas, por exemplo, em sua obra *Teoria e Prática Bancária* (1855), o autor adota uma teoria mais próxima da corrente liberal francesa e das teorias dos economistas franceses modernos como Frederic Bastiat (1801-1850) e Michel Chevalier (1806-1879). A definição de escola liberal francesa, adotada no presente projeto, é aquela apresentada por Guy Numa (2016, p. 240) que descreveu, *os liberais*, como aos economistas europeus do século XIX, que “acreditavam que o livre mercado era mais eficaz do que a intervenção do governo” (NUMA, 2016, p. 240), segundo SCHUMPETER apud NUMA, 2016, p.240 os liberais franceses também ficaram conhecidos como o “Grupo de Paris” (NUMA, 2016, p. 240).

Para Macleod (1855, p. xxviii), a economia era a ciência das trocas, “Economia” era “termo natural” para chamar a “Ciência que trata do Valor, ou das relações intercambiáveis, da Propriedade” logo, a Economia, era a ciência exata que estudava o valor - “relações de quantidades trocáveis” (MACLEOD, 1855, p. xxviii). O economista defendia o livre comércio e a propriedade privada entretanto, a sua teoria não se concentrava apenas na “crematística”, que dava centralidade aos estudos da riqueza nos estudos econômicos (CORRÊA, 2015, p. 26 e GREMAUD, 2020, p. 15).

Por mais que o economista escocês esteja produzindo no auge das publicações das obras da Economia Política Clássica, havia um esforço nos textos dele de evidenciar a sua opinião sobre a ciência econômica. *Political Economic* ou *Economic Science*<sup>3</sup> já eram os termos utilizados pelo autor em sua obra para denominar o que, na atualidade, se compreende como Economia.

Os conceitos sobre o livre comércio e a defesa da propriedade privada, tem origem na Fisiocracia, Macleod (1855, p. 7) definiu os fisiocratas como “primeira escola de economistas modernos” (MACLEOD, 1855, p. 7). Até mesmo a sua compreensão da ciência econômica estava relacionada à Fisiocracia.

A Escola Fisiocrata surgiu na França no século XVIII, é conhecida como a precursora da Ciência Econômica. Influenciada pelo pensamento Iluminista, fazia oposição ao mercantilismo. De acordo com Vicent Llombart (2009, p. 109), sendo a primeira escola de economistas da história por “percursor indiscutível, doutrina compartilhada, meio de propaganda”. Llombart concentra sua análise sobre fisiocracia em três elementos: seu marco filosófico e político, suas teorias econômicas e os princípios econômicos do governo expressa da obra de François Quesnay (1767-1768) (LLOMBART, 2009, p. 109). A escola começou a declinar progressivamente na França a partir de 1770.

As propostas de Quesnay consistiam em reformar a ordem social do Antigo Regime, por meio de investimentos na agricultura, e tinha como objetivo retomar a prosperidade Francesa para competir com o crescimento econômico da Grã-Bretanha. Llombart afirmou que os fisiocratas eram influenciados pelo conceito de ordem natural que regia a sociedade, logo, a sociedade não precisava ser reorganizada constantemente já que o “Autor da Natureza para o bom funcionamento do mundo” imponha as leis sobre os governos e as ações humanas (LLOMBART, 2009, p. 115).

A Providência Divina era o principal meio de organização da sociedade do Antigo Regime, no qual o rei era a expressão máxima de poder, por ser o filho de Deus na terra. Somente um soberano forte e centralizador na tomada de decisões, poderia fortalecer o pacto político feito em concordância mútua pelo povo e seu representante. Contudo, o soberano falhava<sup>4</sup> em proteger a lei da natureza, quando privilegiava os interesses de determinados

---

<sup>3</sup> Macleod, 1855, p. XXVIII. Ipsi litteris

<sup>4</sup> SKINER, Quentin. (2015). Hobbes and the Person of the State [Palestra ministrada em] Agnes Cuming Lectures UCD School of Philosophy, University College Dublin, Ireland. 2015. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=NKD7uYnCubg&ab\\_channel=UCD-UniversityCollegeDublin/](https://www.youtube.com/watch?v=NKD7uYnCubg&ab_channel=UCD-UniversityCollegeDublin/). Acesso em 20 de Junho de 2022.

estamentos e indivíduos, dado que a proteção do direito natural era a única finalidade na construção do pacto social entre rei e súditos.

Todavia, é válido ressaltar que na Inglaterra, no século anterior, a Teoria do Poder divino estava sendo contestada pelos contratualistas Thomas Hobbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704). Para estes autores, o Estado era constituído por uma aliança ou contrato social feito entre o povo e um determinado representante, baseado na proteção do estado de natureza pelo rei. John Locke por meio de sua obra *Segundo Tratado sobre o Governo* (1689), discorreu sobre a defesa das liberdades individuais e defesa da propriedade de cada cidadão dentro do contrato social, se consolidando como o “pai do Liberalismo” moderno. Nesse ponto, o contexto político inglês avançou significativamente sobre o poder autoritário dos reis, do que em relação ao caso francês.

Neste caso, a base do poder no antigo regime era o poder despótico, diferente do *Liberalismo*. Porque não havia um reconhecimento da liberdade e dos direitos individuais dos súditos, dado que não havia uma representação política efetiva, pois, a nobreza privilegiava os interesses dos proprietários de terra, a principal classe detentora de algum nível de liberdade, diante disso, Llombart (2009, p. 117) diz que o “liberalismo democrático” estava restrito, aos proprietários em razão do governo ser o coproprietário de todas as terras da nação.

Retomando o contexto francês, a principal característica teórica econômica de Quesnay em *Tableau économique*, era que a origem da riqueza de uma nação estava de produtividade exclusiva da agricultura.

Llombart (2009, p. 118), explica que a produtividade exclusiva da agricultura dizia que a renda ou riqueza de uma nação, provinha da terra, em detrimento da indústria e do comércio, que eram atividades estéreis. A divisão entre as "ocupações produtivas e estéreis" deu origem a três classes sociais na França: a proprietária e a produtiva, que correspondiam respectivamente a nobreza e os proprietários de terra, e, por fim, a classe estéril - mercadores e comerciantes. Para os fisiocratas, o "suposto declive" na produção agrícola havia causado a miséria da França no século XVIII (LLOMBART, 2009, p.118).

Para Llombart (2009, p. 121-124) a questão da esterilidade da indústria não era unânime entre os fisiocratas franceses e outros escritores sobre a economia, houve uma revisão do pensamento de Quesnay, no entanto, a teoria da produtividade contribui significativamente para análises econômicas posteriores.

Segundo Llombart (2009, p. 115) é válido destacar que Étienne Bonnot (1714-1780), *abade de Condillac*, foi um dos primeiros economistas franceses a construir uma crítica aos

fisiocratas. Condillac é importante para os estudos sobre Henry Dunning Macleod (1855), visto que para o autor, a Economia Política é originada com a escrita de duas obras: *A Riqueza das Nações* (1766) de Adam Smith, e *o Tratado de Le Commerce et le Gouvernement* (1776) de Condillac. Henry Dunning Macleod disse:

*“[...] A obra de Adam Smith obteve imediatamente ampla e permanente popularidade: a obra de Condillac foi totalmente ignorada e ainda hoje é pouco conhecida. Por mais que estimemos os grandes Economistas deste e de outros países, é essencial ter em mente o caráter das grandes disputas econômicas até o presente. Eles foram quase inteiramente destrutivos. [...] Agora, sem entrar em muito investigação, pode-se afirmar que o julgamento da maioria dos economistas mais distintos da Europa está gravitando para a opinião de que a definição de ciência econômica adotada por Condillac em 1776 é a verdadeira; e, de fato, o único que pode ser adotado como base de uma ciência distinta. [...]” (MACLEOD, 1855, p. XXVII). Grifos nossos.*

A verdadeira definição de ciência econômica, para economista escocês, foi postulada por Condillac em 1776. Blanca Luz Rache de Camargo (2020) descreveu que Étienne Bonnot de Condillac, compreendia a indústria como um fator importante para a constituição da riqueza de uma nação, além da agricultura. Bonnot, defendeu que o "subjetivo valor das mercadorias" era definido pelos homens, neste caso, a mercadoria era definida pela subjetividade das negociações comerciais (DE CAMARGO, 2020, p. 40). João Antônio de Paula (1984), enfatizou que Condillac era insistente na ideia sobre o caráter “subjetivo do valor” (DE PAULA, 1984, p. 116). Mas, a questão da subjetividade não depende apenas da vontade dos indivíduos em trocar mercadoria no mundo dos bens, uma vez que a subjetividade é definida por um contexto político, social e econômico.

De Camargo aponta que a ciência econômica para Condillac provinha do “estudo da escolástica e o liberalismo econômico”, além de relacionar-se diretamente com “a ética da propriedade privada”, defendendo políticas em pró da propriedade privada (DE CAMARGO, 2020, p. 40). Ele ainda postulou que o “respeito” à liberdade era vital para o crescimento econômico (DE CAMARGO, 2020, p. 40). Também, estudou as leis de mercados e como o intervencionismo governamental era prejudicial para o mercado

Macleod (1855, p. xxvii), aponta em seu texto algumas afinidades com Condillac. O economista concordava que “a ciência econômica” era a “ciência do comércio ou troca, ou produção e consumo”, e o valor das mercadorias estava na subjetividade dos vendedores e compradores, e a economia política enquanto ciência tinha como postulado a “preocupação universal e exclusivamente com as trocas” e a “Definição da Ciência que oferecemos é esta: -

*é a Ciência que trata das Leis que regem as relações das Quantidades Trocáveis.*” (MACLEOD, 1855, p. xxvii).

E o estudo subjetivo do valor das mercadorias aparece em Macleod (1855, p. 14) na forma que a compra e a venda de uma mercadoria dependem da “concordância de duas mentes”, assim, o valor da mercadoria é estabelecido pela demanda de quem compra e pela oferta de quem vende. Porque se as mercadorias não possuem compradores, a mesma não “tem valor”, ou seja, uma troca só pode ocorrer desde que haja um “desejo recíproco de cada um pelo produto do outro”, assim, o valor requer a necessidade da troca entre dois objetos (MACLEOD, 1855, p. 14).

Skaggs (2003) destaca que a teoria de Macleod, sobre dinheiro e riqueza, reside na necessidade de criar o dinheiro para “superar a desigualdade” nas trocas feitas no mundo dos bens, logo, o crédito era a solução natural para a “troca desigual” entre oferta e demanda (SKAGGS, 2003, p. 368). A necessidade de criar equivalências em trocas desiguais levou o economista a criar a ideia do crédito por meio do conceito dinheiro-mercadoria.

A Teoria do Valor em Macleod se aproxima das definições do que, futuramente, se denominou Teoria Subjetiva do Valor (teoria do valor da utilidade), escrita por Carl Menger (1840-1921), William Stanley Jevons (1835-1882) e León Walras (1834-1910) os principais economistas responsáveis pela Revolução Marginalista.

De acordo com De Paula (1984), a teoria Marginalista estabelece “uma restrição da renda do indivíduo”, postulando que “indivíduos racionais” agem no sentido de maximizar a “utilidade condicionada à restrição monetária”, assim, o indivíduo possuindo renda fixa deveria mensalmente tirar o máximo de proveito ao “escolher no mercado bens” de utilidade (DE PAULA, 1984, p. 116-117). Em linhas gerais, o valor de um produto estava ligado à subjetividade de sua troca/venda/compra no mundo dos bens, logo, o seu valor real não tinha ligação com valor agregado da produção e o trabalho socialmente necessário para produção de uma dada mercadoria. Entretanto, a teoria marginalista é mais complexa do que esse parágrafo pode expressar.

Outra influência do economista, foi Jean Baptiste Say (1767-1832), principal economista político francês do século XIX, fundador das leis dos mercados, mas ficaram conhecidas posteriormente como Leis de Say, também elaborou uma teoria da troca, baseada na utilidade de um produto, mas sua produção também foi rejeitada. Pois Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (2004, p. 324) explica a Lei de Say por meio do equilíbrio natural entre oferta e demanda de mercadorias.



O processo de produção era o responsável por criar ofertas por meio das mercadorias, as ofertas conseqüentemente geravam renda, pagamentos de salários, lucros, juros, rendas fundiárias e aluguéis. Deste modo, a renda da produção também era diretamente responsável pela geração de demanda, por causa da compra das mercadorias. De acordo com Mollo (2004) para Say, havia um "equilíbrio" entre os "mercados gerais" de produtos, quanto, os "fatores de produção, como trabalho, capital, terra e recursos naturais." (MOLLO, 2004, p. 324).

Entretanto, o postulado de Say não foi bem aceito entre os economistas do período, pois, esse equilíbrio do mercado não era feito de maneira natural e quando ocorria instabilidade de preços, alterava-se da lei de oferta e demanda e conseqüentemente a produção era interrompida de forma abrupta, de maneira que o mercado entrava em desequilíbrio. Mas ainda a teoria da utilidade de J.B.Say foi referência para o economista escocês, ele até mesmo disse que Say era um "eminente economista francês"<sup>5</sup> (MACLEOD, 1855, p. 19).

Pois, para Macleod a relação entre troca e venda vem da utilidade, assim como para Say, o autor (1855, p. 19-26), prossegue "ele (Say) disse acertadamente que, quando se usa dinheiro, a transação é a *metade de uma troca*, o que é verdade", ou seja, essa troca também seria chamada de "Venda" e a venda seria uma transação de quantidades trocadas, quantidades representadas por dinheiro ou crédito porque "uma *troca* é sempre um intercâmbio de coisas de natureza semelhante." (MACLEOD, 1855, p. 19-26).

As discussões breves que foram feitas sobre o Valor anteriormente, apontam duas reflexões: diz respeito, a oposição Macleod em relação a Teoria Clássica do Valor (teoria do valor-trabalho) de Adam Smith. As referências do autor eram as obras de Condillac e J. B. Say, justificando seu entendimento sobre a ciência econômica como a ciência das trocas e da subjetividade, mas essa discussão será retomada no capítulo II do projeto. Em segundo, a ciência econômica deve ser compreendida como um campo de disputas teóricas, visto que entre os séculos XVIII e XIX, diversos autores produziram textos, críticas e teorias sobre o Valor. Logo, o flerte de Macleod com a fisiocracia e a escola liberal francesa é resultado dos debates teóricos da Economia Política neste período. Entretanto, a discussão do tópico a seguir ainda se concentra na questão dos fisiocratas por meio de Riqueza das Nações (1776) de Adam Smith.

---

<sup>5</sup> Macleod, 1855, p.19, 26 e 35. Ipsis litteris

## **1.2. A economia política clássica e o Liberalismo sob a perspectiva de Macleod**

Antes de adentrarmos nos comentários de Henry Dunning Macleod sobre a obra de Adam Smith. Haverá uma breve pequena contextualização sobre os antecedentes que influenciam a formação do pensamento clássico liberal.

De Camargo (2020, p. 24) enfatiza que no período Mercantilista entre os séculos XIV e XVII, houve “uma série” de produções teóricas relacionando a riqueza de uma nação a sua atividade comercial (DE CAMARGO, 2020, p. 24). A atividade comercial era a base do Mercantilismo e a Espanha, uma das principais potências mercantilistas entre o século XV e XVI, explorava mão de obra escrava em suas colônias e saqueava carregamentos de prata da América, além de dominar rotas comerciais extensas, pois os Países Baixos pertenciam ao domínio espanhol. Em vista disso, a Coroa Espanhola era a principal acumuladora de metais do período, tanto que as suas reservas de práticas significativas geram um desequilíbrio dos preços do comércio europeu.

Entretanto, o cenário mercantilista começou a mudar com a inserção de manufaturas na Inglaterra e na França. Ambos os países possuíam pouca disponibilidade de recursos metálicos, logo, estimularam o desenvolvimento do comércio e da indústria para o crescimento das manufaturas. Essa política de estímulos, consistia na relação entre baixos salários para desempenhar a atividade produtiva, além disso, De Camargo (2020) relata que ocorreu uma baixa nos preços para “dinamizar a atividade comercial e industrial” (DE CAMARGO, 2020, p. 24).

De Camargo (2020) diz que a inserção das manufaturas nas redes comerciais europeias provocou uma mudança significativa nas estruturas políticas da Europa, porque o desenvolvimento mercantilista do comércio, impôs o fim gradual da “produção feudal” que era a base do Antigo Regime, e também concentrou os “serviços de transporte marítimo das mercadorias” entre Europa, Ásia e América sob monopólio inglês resultando nos investimento de “empresários ingleses” na Companhia das Índias Orientais, dominando o comércio no continente asiático (DE CAMARGO, 2020, p. 25). A relação entre rei, servo e terra ganha uma nova maneira de organização por meio da inserção da propriedade privada na Inglaterra no século XVII, por intermédio do sistema de cercos que, para a autora (2020, p. 25), os cercos dão origem aos “minifúndios” dando liberdade ao camponês para plantar e cuidar de suas próprias terras de acordo com as “necessidades do mercado” (DE CAMARGO, 2020, p. 25).

Os minifúndios foram a origem da propriedade privada, e a defesa da propriedade é o marco inicial do Liberalismo.

Braz e Netto (2019) enfatizam que a constituição da Economia Política Clássica e do Liberalismo, passa por dois movimentos distintos. O primeiro, no qual a Economia Política “interessava compreender o conjunto das relações sociais que estavam surgindo na crise do antigo regime”<sup>6</sup> e o embate político e ideológico entre burguesia liberal e nobreza era o central para os liberais clássicos (BRAZ E NETTO, 2019, p. 32-33). E o segundo para os autores (2019, p. 32 -33) foi, a partir de 1848 com a crise da Economia Política Clássica, Karl Marx, constrói a crítica à burguesia que constituiu uma terceira classe social, coexistindo de maneira harmônica a nobreza e explorando a classe trabalhadora pelos meios de produção (BRAZ E NETTO, 2019, p. 32-33).

A Economia Política, tinha por interesse compreender a “vida social” significativamente transformada com a inserção das manufaturas curso na sociedade Mercantil (BRAZ E NETTO, 2019, p. 29). Em vista disso, a principal preocupação dessa nova corrente teórica era explicar, segundo Braz e Netto (2019), o “funcionamento da sociedade que estava nascendo das entranhas do mundo feudal” (BRAZ E NETTO, 2019, p. 29). Em razão disso, para este novo campo teórico não poderia ser considerado uma ciência neutra para Braz e Netto (2019), já que a “economia política era uma teoria social” que se articulavam para compreender as questões relacionados aos “interesses materiais (econômicos e sociais)”, assim, suas teorias e obras estavam “sempre conectadas a interesses de grupos e classes sociais”. (BRAZ E NETTO, 2019, p. 29). Ainda assim, o pensamento liberal clássico foi importante para romper com os privilégios feudais, concedidos à nobreza da terra.

Segundo Braz e Netto (2019, p. 28-29) o termo economia política (do grego *politeira* e *oikonomika*),<sup>7</sup> é utilizado pela primeira vez em 1615 no *Tratado de Economia Política (Traité de l'Économie Politique)* de Antonie Montchrétien (1694-1774). François Quesnay resgata o uso dos termos em suas obras fisiocráticas, entretanto, o corpo teórico da economia política é sistematizado apenas no início do século XIX, com as obras de Adam Smith e David Ricardo. Os principais representantes da Economia Política Clássica, levariam quase 200 anos para elaborar as questões teóricas sobre o trabalho, valor e o dinheiro. E as principais categorias

---

<sup>6</sup> Teixeira, 2000 apud BRAZ E NETTO, 2019 p. 29.

<sup>7</sup> Originalmente, *Politeia*, *Politeía* ou *Políteuma* era um termo utilizado na Grécia Antiga para se referir às diversas cidades-estado, conhecidas como *pólis*, que possuíam uma assembleia de cidadãos como parte integrante do seu processo político. *Oikonomia*, em grego, significa a administração do *oikos*, da casa, é normalmente associado à gestão.

econômicas - dinheiro, capital, lucro, salário, mercado, propriedade privada, para Braz e Netto (2019, p. 30) eram compreendidas como “categorias e instituições naturais” que foram “descobertas pela razão humana” e “instauradas na vida social” e “permaneceriam eternas e invariáveis” (BRAZ E NETTO, 2019, p. 30).

A questão do direito natural é extremamente forte nos textos dos clássicos, a naturalização das categorias econômicas, segundo Braz e Netto (2019, p. 30) era uma "inspiração" do jusnaturalismo moderno que marcou a Europa Ocidental entre os séculos XVII e XVIII, influenciando profundamente as teorias de John Locke.

Sendo o jusnaturalismo extremamente influente nas obras Fisiocratas, é importante ressaltar que Adam Smith teve contato com esses teóricos e flertou em alguns pontos com a teoria de David Hume (1711-1776). Entretanto, o elemento de diferenciação das obras de Smith, além da renda da terra, a expansão da produção mercantilista é uma fundamental fonte de riqueza de uma nação. Logo, Smith deu um salto qualitativo nesta discussão dos fisiocratas, pois a produção mercantilista é objeto de estudo central em *A Riqueza das Nações* (1776), dado que toda a riqueza de uma nação provém do trabalho, seja na renda da terra ou da produção mercantil, sendo o principal postulado da teoria do valor clássica ou da teoria do valor do trabalho.

Adam Smith e David Ricardo, não romperam radicalmente com as estruturas políticas do Antigo Regime, por mais que a economia política tenha se esforçado para compreender essa nova sociedade que estava surgindo, mas em nenhum momento a teoria clássica rompeu radicalmente. A revolução burguesa e deveria estar em equilíbrio com as instituições do antigo regime, dado que o objetivo desse equilíbrio para Braz e Netto (2019, p. 31) era permitir que “horizontes fossem criados para o surgimento de uma nova sociedade”, logo a “objetividade” da teoria social da economia política clássica de maneira nenhuma pode ser neutra por mais que os economistas políticos clássicos defendiam “uma ordem social mais livre e avançada do que a feudalidade” (BRAZ E NETTO, 2019, p. 31).

Na verdade, Adam Smith nunca criticou a nobreza em sua obra, pois o mesmo prestou serviços diplomáticos para Coroa Inglesa durante grande parte da sua vida, e adentrando nos círculos acadêmicos, políticos e sociais mais importantes de sua época como veremos a seguir.

Adam Smith, em 1765, mudou-se para Paris, tendo contato com David Hume que era Secretário da Legação Britânica, figura altamente reconhecida intelectualmente entre os intelectuais franceses. Smith também teve acesso aos *économistes* (Grupo de Paris), grupo de discussões dos principais intelectuais franceses, liderado por François Quesnay (1694-1774). Smith (1984, p. 7-8). trocou cartas frequentes com o grupo de Quesnay, principalmente, com

o economista Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781), entretanto, essa correspondência é interrompida com o retorno de Smith para Londres, em 1766.

Smith (1984, p. 13-15) preservou, em sua obra, a ideia fisiocrática de que a Economia era uma ciência exata, adotando o método e as ciências naturais para explicar os fenômenos econômicos de maneira empírica. Smith teve contato com as obras de Hume em suas viagens diplomáticas à França. Ele rompeu com as questões metafísicas expressas na Teoria do Direito Divino dos reis. Mas De Paula (1984, p. 114) há elementos metafísicos no conceito o conceito da mão invisível que controlava os preços, eram as leis naturais que ordenavam o mercado, logo, a mão era a “providência” que organizava a sociedade (DE PAULA, 1984, p. 114).

A relação entre Adam Smith e Macleod se dá pela defesa da propriedade privada. Macleod (1855) fazia oposição aos liberais clássicos, entretanto defendeu a inserção do livre comércio na sociedade inglesa na primeira metade do século XIX. Ele (1855, p.xxvi) defendeu a Economia Política como “grande revolução de opinião” que, após diversos conflitos, estabeleceu as “doutrinas do Livre Comércio” na Inglaterra. Entretanto, ainda era uma ciência em progresso como aponta o excerto a seguir:

“Se há uma raça de homens mais do que outra a quem a eterna gratidão das gerações futuras é eminentemente devida, é esse ilustre grupo de pensadores na França, Itália, Grã-Bretanha e Espanha, que, durante os séculos passados e presentes, fundou a Ciência agora chamada Economia Política, e trouxe aquela grande revolução de opinião que, após uma longa e árdua luta, finalmente estabeleceu as doutrinas do Livre Comércio neste país. [...] *É dever sagrado das gerações sucessivas, que aspiram a seguir seus passos, peneirar e examinar suas doutrinas à luz da experiência posterior, mesmo quando examinam as doutrinas de seus predecessores, e continuar a Ciência de onde a deixaram*” (MACLEOD, 1855, p. XXVI). Grifos nossos.

Quando ele diz estabelecer as teorias do livre comércio foi uma luta árdua a sua fala aponta para a transição política, social e econômica que estava acontecendo na Europa por causa da receptividade do pensamento liberal. A citação acima, apresenta um contexto social em transformação na França, Itália, Grã-Bretanha e Espanha, a Economia Política foi muito mais do que uma revolução de opinião para Braz e Netto (2019, p. 31), foi um pensamento teórico que propunha a “emancipação humana” por meio da “emancipação política” rompendo com as “relações de dependência pessoal” do feudalismo (BRAZ e NETTO, 2019, p. 31).

As obras de Macleod, são resultados das próprias discussões de seu contexto histórico e como a Economia Política foi ganhando espaço nessa sociedade, e como a teoria do valor aponta novas formas de explorar as relações produtivas e a mão de obra do trabalhador. Logo, compreender o mundo do trabalho, apontado na obra de Adam Smith, ainda é crucial para

compreender as relações de interdependência da expansão das demandas produtivas na gênese da Revolução Industrial e da expansão do Crédito Bancário.

Como um bom rentista, o autor só via o trabalho como um elemento de troca no mundo dos bens. Trabalho é força de troca, mas não é a fonte de riqueza, pois a riqueza se concentra no ato de fazer a troca no mundo dos bens, gerando a necessidade de dinheiro-mercadoria, fazendo com que o crédito circule no mercado. A seguir, o excerto expõe como o autor compreendia uma das principais obras da Economia Política, *a Riqueza das Nações*, publicada em 1776 por Adam Smith.

Adam Smith intitula sua obra de “Uma Investigação sobre a *Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*”, **mas é totalmente impossível descobrir a partir de sua obra o que ele quer dizer com Riqueza.** " [...] Ele diz “a verdadeira riqueza, a *produção anual* da terra e do trabalho da Sociedade”, e, pelo número de vezes que essa frase é repetida ao longo da obra, não estaremos muito errados, se considerarmos isso como a idéia mais próxima do que ele quis dizer. [...] **esta frase, logo se verá que ela é ambígua.** Não está claro se ele se refere apenas à produção anual da terra e somente à produção do trabalho, ou à produção da terra e do trabalho combinados. É provável que ele quis dizer o último. Seja como for, **é manifesto que a expressão é muito ampla;** porque, se for absolutamente estabelecido que o "produto da terra e do trabalho", separadamente ou combinados, é riqueza, **segue-se que todo produto inútil da terra é riqueza tanto quanto o mais útil, o joio como o trigo.** “(MACLEOD, 1855, p. 4). Grifos nossos.

Adam Smith (1984, p. 66), descreve uma complexificação no grau de divisão do trabalho, por meio da inserção das manufaturas no modelo produtivo inglês. Havia manufaturas de diversos segmentos e tamanhos, indicando o processo de setorização industrial. Trabalho útil e inútil (produtivo ou improdutivo) não podem ter uma relação de equivalência, como expresso acima por Macleod, pois, as manufaturas eram constituídas por diversas operações, que fragmentavam o trabalho em diversas etapas produtivas. De maneira que o nível de fragmentação do trabalho seria o responsável direto pelo aumento do nível da produção, e, conseqüentemente, aumentando a necessidade do mercado consumidor para esses novos produtos.

A manufatura era a expressão de uma sociedade evoluída para Smith (1984, p. 68), quanto mais “evoluída” uma sociedade era, mais manufaturas esta apresentaria, logo, a manufatura exigia diferentes usos de mão de obra especializada, enquanto, para a agricultura exigia um menor grau de diferenciação nas tarefas de cada trabalhador. A questão da evolução das manufaturas é um elemento importante acrescentado por Smith nas discussões sobre o trabalho, em razão das manufaturas apresentarem uma transformação na localidade e espacialidade do trabalho, já que, as máquinas facilitam o processo produtivo, reduzindo o tempo da produção, mas aumentando a quantidade do que era produzido.

Além disso, a manufatura representa uma mudança histórica e significativa para o mundo do trabalho foi a responsável por inserir um novo hábito na sociedade, o ato de trabalhar. A organização logística da manufatura era diferente da do campo, em razão disso o trabalhador do campo que migrou para a manufatura precisou aprender um novo hábito. Para Smith (1984, p. 70) o crescimento da riqueza universal estava atrelado ao crescimento da produção de bens manufaturados, de maneira, que o avanço técnico científico possibilitou maior divisão do trabalho.

Assim, para Smith (1984, p. 71), o trabalhador começou a produzir mais do que o necessário para a sua subsistência e o excedente da produção do trabalho do operário virou a sua moeda de troca no mundo dos bens por meio do seu salário. A cadeia produtiva é o que alimenta e supre as demandas dos indivíduos em sociedade, tendo em vista que ela é a responsável por fornecer o salário para o trabalhador por meio da produção, e o lucro para o dono que explora o trabalho dos indivíduos. Desse modo, demandas básicas dos ricos e dos pobres eram supridas pelo trabalho coletivo da produção.

Outro ponto no qual Smith e Macleod são próximos, é na compreensão naturalizada (de herança jusnaturalista) sobre a necessidade de os indivíduos trabalharem, porque o homem trabalha para se sustentar e suprir a sua necessidade de mudanças cotidianas (SMITH, 1984, p. 73-74). Entretanto, não era da natureza humana construir contratos e trocas voluntárias para alcançar seus objetivos e desejos, dado que o mercado de trabalho não surgiu repentinamente, ele é resultado de uma mudança histórica e social, conseqüentemente o trabalho não é uma riqueza moral ou imaterial da natureza humana, assim como o mercado de trabalho como ele exemplifica no excerto.

Por outro lado, a definição é muito estreita, pois Adam Smith reconhece coisas à riqueza que certamente não são o produto da terra e do trabalho. Assim, sob o título de título de capital fixo, ele enumera as habilidades úteis e adquiridas dos habitantes, que ele diz serem um capital fixo e realizado em suas pessoas, e que, à medida que fazem parte de sua fortuna, também fazem parte da fortuna dos habitantes. Sociedade a que pertencem. Costuma-se dizer que Adam Smith limita seu trabalho à riqueza *material*. [...] Agora, como são as habilidades dos habitantes o “produto da terra e do trabalho?” É claro que as habilidades não são o produto da terra, nem da terra e do trabalho combinados; e embora as habilidades possam certamente ser melhoradas pelo trabalho, ainda assim é manifestamente absurdo chamar as habilidades de produto do trabalho. Estes por escritores posteriores, que mencionaremos depois, são chamados de Riqueza Moral ou Imaterial. Há além de muitas outras coisas que são " Riqueza ", que claramente não são o produto da terra e do trabalho. [...] Além disso, a própria terra é valiosa; sempre que um país se povoa, a própria terra, o simples espaço sobre o qual as casas são construídas é riqueza. Ora, a própria terra certamente não é o “produto da terra e do trabalho”. A noção é claramente absurda. ***O próprio trabalho, como todos sabem, é uma mercadoria valiosa. Falamos do mercado de trabalho como de qualquer outro mercado.*** Ora, o próprio trabalho certamente não é o “produto anual da terra e do trabalho”. (MACLEOD, 1855, p. 4)

O mercado de trabalho é consequência de uma mudança significativa nos meios de produção, que levaram à fragmentação do trabalho. Com a inserção da divisão do trabalho na sociedade inglesa, no começo do século XIX, o trabalhador foi forçado a aprender a trabalhar em manufaturas. O homem foi coagido a se adaptar às mudanças produtivas da sociedade inglesa com a implementação das manufaturas na Inglaterra, resultando em mudanças sociais, produtivas e econômicas no trabalho de cada indivíduo.

Para Smith (1982, p. 77-79) a nova divisão do trabalho é mais significativa nas mudanças nas relações sociais, porque o aperfeiçoamento do trabalho ocorria em zonas com maior fluxo de mercadoria, ou seja, nas cidades industriais que estavam se formando na Europa. A divisão do trabalho e a expansão da produção inglesa, são fruto da rentabilidade que esse mercado das manufaturas gerava para a burguesia comerciante inglesa.

Braz e Netto (2019, p. 33) dizem que as novas relações sociais produtivas, estavam baseadas na apropriação da burguesia industrial e comerciante dos meios de produção. Antes, o trabalho como valor de troca da riqueza, servia como uma concepção útil para a burguesia confrontar os privilégios feudais, no qual o trabalho era um castigo divino. Agora, o caráter exploratório no qual o trabalho se concentrava está na premissa de riqueza da nação, ou seja, toda a riqueza da nobreza e da burguesia advém da exploração do trabalho dos indivíduos que não detinham os meios de produção. Em razão disso, a concentração de riqueza era resultado da não distribuição dos bens materiais de vida, a não distribuição de capital é o principal objeto de estudo da crítica socialista de Karl Marx (1818-1883).

O mérito da teoria econômica clássica foi o desenvolvimento da teoria valor-trabalho, entretanto, não era interesse dos intelectuais burgueses conservadores que a distribuição de riqueza fosse um elemento de em suas teorias e produções econômicas, pois, o contexto de formação do Liberalismo, se deu por meio das disputas burguesas pelo controle do comércio e da propriedade privada.

Para Smith, (1984, p. 80) o desenvolvimento econômico do início do século XIX, era resultado da expansão das redes comerciais que faziam intercâmbios entre Europa e outros continentes como Ásia e África. A obra de Macleod aponta para o crescimento das linhas de crédito no mercado interno e externo e Europa, e a dependência das casas bancárias de um sistema completamente integral para fazer os recursos monetários circularem e gerarem a riqueza de uma nação. e a expansão do crédito comercial é o ponto central na obra do economista. Mas o que resultou na formação das linhas de crédito, no início do século XIX, foram justamente as mudanças produtivas no trabalho, que levaram a necessidade de criar um sistema econômico-financeiro, comercial e produtivo para dar coesão às mudanças sociais em



curso. O crédito surgiu para dar coesão a essa nova sociedade produtiva, a economia enquanto ciência surgiu para ser a base da financeirização da sociedade inglesa.

A produção teórica de Henry Dunning Macleod começa em 1855, 30 anos após a crise da Economia Política Clássica. Para Braz e Netto (2019, p. 33) em 1825 tem início a principal crise econômica do capitalismo e dura até 1848 com diversas revoluções democrático-populares na Europa Ocidental e Central. E a ideia do trabalho como forma de troca no mundo bens para Macleod, é resultado da inserção das manufaturas na sociedade europeia, conseqüentemente, a até a sua própria concepção da economia política como uma ciência que estuda as relações de troca, seu deus, por causa da crítica à economia política clássica. Sem a teoria do valor do trabalho de Adam Smith não teria como haver a teoria do valor utilitário do economista e outros diversos autores que romperam com economistas políticos clássicos, como por exemplo, os autores da Revolução Marginalista.

### **1.3. Após a crise da Economia Política: elementos da Currency e da Banking School**

A Economia se estabelece enquanto uma disciplina especializada após 1848, no qual essa ciência não abordava os estudos relativos às questões históricas, sociais e políticas de seu contexto de produção. A burguesia conservadora, segundo Braz e Netto (2019, p. 34) transforma a Economia em um instrumento técnico que baseava-se “intensivamente em modelos matemáticos”, renunciando “qualquer pretensão de fornecer bases para a compreensão do conjunto da vida social”, além, de abandonarem “os procedimentos analíticos que partem da produção” (BRAZ E NETTO, 2019, p. 34).

As principais correntes econômicas que surgem nesse período preocupavam-se com análises mais superficiais das trocas econômicas (os fenômenos de circulação), logo, o que importa é a destruição dos bens no mundo do consumo. Braz e Netto (2019, p. 35), dizem que a teoria do valor-trabalho que era fonte da crítica ao antigo regime e poderia também ser utilizado para criticar a nova ordem revolucionária burguesa foi substituída pela teoria da utilidade. Houve uma formação de diversas escolas econômicas nos principais centros econômicos europeus, credenciando economistas, segundo Braz e Netto (2019, p. 35) para “atuar como gestores nas empresas capitalistas e na administração pública” (BRAZ E NETTO, 2019, p. 35).

A compreensão da formação desses novos economistas, é importante, porquanto Macleod, é um economista formado pela lógica da teoria do valor da utilidade, sendo um dos

principais diretores do Royal British Bank, produzindo obras com o caráter quantitativo sobre o mercado e a produção econômica inglesa. Apesar de alguns elementos da sua Teoria do Crédito serem importantes, o desprezo em sua obra pelos liberais clássicos, é resultado dessa nova forma de Liberalismo, o que não tem o trabalho como fonte de riqueza de uma nação. Essa questão, é uma mudança significativa na sociedade inglesa e mostra quais os mecanismos a burguesia industrial e mercantil se utilizou para perpetuar seu domínio enquanto classe. Marx (2008, p. 182), enfatiza “Macleod compreende muito mal as relações econômicas mais elementares que o dinheiro em geral dá origem em sua forma mais desenvolvida, a de instrumento de pagamento”. (MARX, 2008, p. 182)

Para Marx (2014, p. 192-193), a ideia de dinheiro-mercadoria era absurda, pois, os “já os mascates do livre câmbio, que têm de dar saída à sua mercadoria a qualquer preço, acentuam, ao contrário, o aspecto quantitativo da forma de valor relativa.”. (MARX, 2014, p. 192-193). Não havia como o dinheiro ser mercadoria, já que o “valor relativo das mercadorias era dado pelos meios produção”, ou seja, o valor dos produtos era resultado do trabalho expresso pela mais valia, que conferia lucro para o burguês. (MARX, 2014, p. 192-193). Marx definiu Macleod como:

*O escocês Macleod, em sua função de aclarar do modo mais erudito possível o emaranhado confuso das noções que povoam a Lombard Street, opera a síntese bem-sucedida entre os mercantilistas supersticiosos e os mascates esclarecidos do livre câmbio. (MARX, 2014, p. 193).*

O excerto acima foi para ilustrar brevemente o pensamento do principal pensador e crítico do sistema capitalista, Karl Marx, sobre Macleod e sobre os debates monetários do período. Entretanto, a discussão de Marx sobre os metalistas e o economista não serão aprofundados nos próximos parágrafos. O intuito dessa explanação foi pontuar como o autor estava inserido em um debate econômico e político extremamente dinâmico e com diversas frentes de estudos, desde a crítica socialista ao Liberalismo até às teorias liberais expressas nas discussões sobre Escola da Moeda (*Currency School*) e a Escola Bancária (*Banking School*).

Sendo, que as duas escolas teóricas citadas acima, foram iniciadas após a crise da Economia Política, sendo as herdeiras do debate monetário entre Bulionistas e Anti Bulionistas. Para Fonseca e Mollo (2012, p. 205) o primeiro embate entre as duas correntes teóricas começaram em 1797 mas intensificaram-se em 1825 com a grande crise do sistema capitalista que foi causada por problemas administrativos do Banco da Inglaterra, pois, a instituição emitiu em excesso papel-moeda ou papel-crédito, desequilibrando os preços gerando uma alta

deflação, logo, tanto os bulionista quando os anti bulionista compreendiam que o controle da emissão de notas bancárias poderia controlar os preços do mercado interno e externo.

Segundo Mollo (1994, p. 82-83), os Bulionistas defendiam que o valor do Ouro (*bullion* - ouro em espécie), quando era comprado no valor de ouro cunhado (*mini price*), evidenciava uma depreciação das notas bancárias por gerar excesso de emissão das mesmas. Fonseca e Mollo (2012, p. 205-208), destacam que o principal objetivo dos bullionistas era controlar a oferta monetária por meio do controle de preços. Ou seja, no caso dos bulionistas, é a neutralidade da moeda que garante o controle dos preços e, conseqüentemente, têm “impacto duradouro da moeda ou do crédito sobre a produção real”. (FONSECA E MOLLO, p. 205-208).

Para Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (1994, p. 325), a explicação para a neutralidade da moeda está no “entesouramento” da moeda ou “por meio dos efeitos do crédito” (MOLLO, 1994, p. 325). O entesouramento consiste na compra e no armazenamento de valores monetários como notas promissórias, papel moeda e moeda metálica em grandes quantidades. A ação de entesourar moeda consiste, basicamente, no ato de poupar a moeda em um determinado espaço. Na presente pesquisa, o entesouramento da moeda era feito nas instituições bancárias, no qual essas instituições possuíam um grande ou escasso estoque de valores monetários, o que poderia gerar uma perturbação na cadeia produtiva. Dado que, estoques monetários eram a principais responsáveis pela expansão ou diminuição do crédito bancário, essa era a preocupação central dos debates monetários do período.

Já os Anti Bulionistas, para Mollo (1994, p. 82-83) argumentavam que a emissão excessiva de notas bancárias não era o motivo para as instabilidades da moeda, para tanto, os motivos que poderiam levar a instabilidades monetárias eram a velocidade de circulação da moeda e a endogeneidade da oferta da moeda, que era marcada pelo crescimento dos preços e pela depreciação da moeda-papel.

Também defendiam que o aumento dos preços não era por causa do excesso de emissão de notas promissórias, mas a principal causa da inflação de preços, se dava, por meio da “variação da velocidade de circulação dessa (moeda), em função de expectativas de depreciação do papel-moeda.” (MOLLO, 1994, p. 82-83). Assim, o controle dos preços era crucial, pois a deflação impactava diretamente os empregos e a produção, dado que, a queda da produção era uma resposta à queda dos preços. Para Fonseca e Mollo (2012, p. 205-207) a moeda não poderia ser neutra, visto que, tinha impacto negativo “sobre a produção” e “não se pode esperar crescimento proporcional dos preços”. (FONSECA E MOLLO, 2012, p. 205-207).

A neutralidade da moeda consiste na ausência de entesouramento, logo a lei da oferta e da demanda é estável e previsível e os preços seriam proporcionais à produção. Logo, esta

neutralidade para Mollo (1994, p. 326) tinha o controle sobre as variações “da quantidade de moeda” em circulação e poderia prever os seus impactos na “produção real”, esse controle poderia gerar inflação dos preços como um mecanismo que garantiria o aumento “proporcional sobre o nível geral de preços”. (MOLLO, 1994, p. 326).

Não obstante, essa controvérsia monetária inaugurou outras duas correntes teóricas a partir de 1825, que eram a Escola da Moeda (*Currency School*) e a Escola Bancária (*Banking School*) seu antagonismo perdura até 1875. Para Fonseca e Mollo (2004, p. 209) a Escola da moeda seguiria uma linha econômica heterodoxa e a Escola Bancária assumiu que “a conversibilidade-ouro como regra para conter a inflação”.

Apesar dos conflitos entre as escolas econômicas, ambas contribuíram para a caracterização das teorias monetárias do período, de acordo com Mollo (1994, p. 86) a principal preocupação dos economistas era “determinar o valor da moeda pelo custo da produção do ouro”, pois, a conversibilidade ouro das notas era fundamental no período.

[...] Como o pensamento liberal dos pensadores da *Currency School* não admitia o poder interventor do Estado para limitar a oferta monetária, os limites propostos para a emissão eram os que se relacionavam com o padrão-ouro, ou seja, pregavam a adequabilidade de um sistema que respeitasse uma regra automática, como a do sistema-ouro, mesmo que se tratasse de um sistema misto, como o vigente na época, onde circulavam ouro e notas bancárias. Surgia, então, o *Currency Principle*, segundo o qual a quantidade de moeda em circulação deveria crescer sempre que houvesse entrada de ouro no país e deveria cair se houvesse saída de ouro para o Exterior. [...] Assim é que os teóricos da *Banking School* contestavam o argumento da *Currency School*, segundo o qual, mesmo em condições de conversibilidade, é possível haver excesso de notas, porque a necessidade dos negócios é ilimitada, e os bancos podem não perceber que estão exagerando na emissão, se todos a aumentam simultaneamente. A Escola Bancária, além de não considerar conveniente o controle quantitativo da moeda, duvidava da possibilidade efetiva desse controle, ou de redução de suas flutuações. Afirmavam, por exemplo, que a *Currency Principle* esquecia que depósitos e letras de câmbio eram também meios de pagamento. (MOLLO, 1994, p. 87 - 88).

A escola da moeda era representada por David Ricardo (1772 -1823), Samuel Jones Loyd, o primeiro Lord de Overstone (1796-1883) e Robert Torrens (1780-1864). A Escola Bancária tinha como principais pensadores Thomas Tooke (1774-1858) e John Fullarton (1780-1849) (MOLLO, 1994, p. 86).

De acordo com Corrêa (2015), Macleod dialogava diretamente com as “tendências do pensamento econômico” do período. Como, por exemplo, algumas características da Escola Bancária, como a relação direta entre a demanda de moeda com a circulação das mesmas. E os estudos do autor sobre o papel do crédito no sistema monetário foram pioneiros, sendo os primeiros a discutir sobre a noção de moeda bancária. Outro traço característico do autor é a oposição aos trabalhos de David Ricardo (1772-1823) da Escola da Moeda (*Currency School*).

A percepção, pela Banking School, do lado da demanda de moeda, além de afetar a forma de contemplar a dita velocidade de circulação, permitiu que os teóricos bancários atentassem para a importância dos depósitos e das letras de câmbio como formas de moeda alternativas às notas bancárias e conduziu-os a uma visão de determinação endógena da quantidade de moeda em circulação, uma vez que o entesouramento e o desentesouramento, determinados pela lógica do comportamento dos agentes operando no interior da própria dinâmica monetária, passam a interferir na diminuição ou no aumento da quantidade de moeda em circulação. (MOLLO, 1994, p. 89).

Corrêa (2015, p. 6), destaca que um dos principais fenômenos analisados por Macleod era o crédito e a moeda por meio dos estudos sobre o processo de circulação de letras de câmbio. Com base na citação acima e nos estudos de Corrêa, infere-se que isso seria uma das características da Escola Bancária presentes na produção do economista, pois, o crédito seria uma das maneiras de fazer com que as notas bancárias circulassem no mercado interno e externo. Ou seja, o próprio crédito seria moeda de troca para o economista escocês.

Corrêa (2015, p.20), enfatiza que o crédito, sendo moeda de troca, seria capaz de aumentar os meios de produção, dado que crédito é igual à capital circulante. O conceito de Capital para Macleod (MACLEOD, 1856, p. 408-1855, p. 234 Apud SKAGGS, 2003, p. 368), que o crédito deveria ser emitido para “empreender rendimento rentáveis”, logo, o aumento de crédito aumentaria os níveis produtivos e conseqüentemente, poderia gerar renda suficiente para o empresário pagar os empréstimos ativos, além de gerar mais lucro, porque, o crédito era “poder de movimento” que girava o estoque de capital. Skaggs (2003, p. 368) diz que a questão implícita nessa discussão, é que o economista rejeitou a ideia clássica de crescimento comercial era resultado do acúmulo de capital. Se o crédito fosse capital o mesmo poderia gerar crescimento comercial por meio de empréstimos.

*A verdadeira definição de Capital, então, é qualquer quantidade econômica usada para fins de lucro. Mas o próprio capital pode ser usado de duas maneiras diferentes para produzir lucro. Pode permanecer na posse do proprietário, - e então é geralmente chamado de CAPITAL FIXO - ou ele pode se desfazer da posse, e pode ser substituído a ele com lucro; neste caso é chamado de CAPITAL FLUTUANTE ou CIRCULANTE. (MACLEOD, 1855, p. 32).*

Logo, “CRÉDITO É CAPITAL” (MACLEOD, 1855, p. 262 Apud SKAGGS, 2003. p. 369) pois cria capitais de giro para produção não se estagnar. Mas esse crédito deveria ser concedido em uma balança comercial no qual, de acordo com Skaggs (2003, p. 368) os bancos mantivessem o “valor da moeda” em seus níveis de barras de ouro e o valor da moeda emitida pelos bancos não poderia ser neutra, pois, “quando criada e colocada em circulação de maneira adequada, notas bancárias e depósitos afetam a produção, mesmo no longo prazo”.

Entretanto, é válido ressaltar que há muitos elementos da teoria da Escola Bancária (*Banking School*) nos posicionamentos financeiros de Macleod, já que ele defendia a expansão monetária de acordo com as necessidades do mercado. Contudo, o mesmo era contrário à inconvertibilidade da moeda bancária, já que para o mesmo, a moeda não era somente o metal ou papel, como defendia a Escola da Moeda.

A sua obra foi uma ruptura com os autores do liberalismo clássico, entretanto, Macleod defendia o livre comércio e a não intervenção do Estado na Economia, logo, ele se encontrava no campo do liberalismo. Ele apenas reformulou pontos da Economia Política em seus textos tendo como referência a filosofia fisiocrata. Corrêa (2015, p. 15), diz que as obras do economista foram retomadas entre 1860 e 1870 por causa do movimento contestatório da teoria liberal clássica.

Por fim, compreender os estudos da Escola da Moeda é importante para a produção deste trabalho, uma vez que a Lei Bancária de 1844 foi formulada de acordo com os princípios da escola citada. Dado que, em um Dicionário de Economia Política de 1859, o economista escocês faz duras críticas ao padrão ouro e a departamentalização do Banco da Inglaterra. Desse modo, Mollo (1994, p. 84-85) aponta que uma das características da Escola Bancária era a discordância em relação ao padrão-ouro como o principal meio de convertibilidade das transações monetárias do período, uma vez que o lastro em ouro não era capaz de evitar instabilidades econômicas.

## **2. UM DICIONÁRIO DE ECONOMIA POLÍTICA**

Este capítulo tem por objetivo compreender a análise rentista que Henry Dunning Macleod fez sobre o Banco da Inglaterra e a Lei Bancária de 1844, no *Dicionário de Economia Política de 1859*. Para tanto, retomaremos os conceitos sobre Moeda, Riqueza, Valor e Crédito, descritos pelo economista em sua obra *Teoria e Prática Bancária de 1855*.

É válido ressaltar que a ideia do autor sobre os conceitos citados acima não era de sua exclusividade, por exemplo, Numa (2017, p. 337), em seu texto, ressaltou que os liberais franceses já “[...] defendiam um sistema bancário livre, mas articulavam visões diferentes sobre o crédito, sobre o mecanismo de emissão de notas e o papel dos bancos nas crises econômicas.” (NUMA, 2017, p. 337). A teoria liberal francesa sobre o crédito e o papel dos bancos como gerenciadores de crises se divide em dois grupos. Numa (2017, p. 337) diz que havia a “teoria do crédito do dinheiro” e uma “teoria monetária do crédito” (NUMA, 2017, p. 337).

Skaggs (2003, p. 363) enfatiza que a teoria de Macleod não conseguiu dominar o pensamento econômico do período. Isso porque, a Economia Política era um campo de disputas teóricas entre os liberais clássicos, os liberais franceses, além de haver os liberais banqueiros, que era o caso do economista, entre outros grupos. Entretanto, seus textos são importantes porque Macleod, em sua teoria do dinheiro-crédito, diferenciou-se de seus contemporâneos, defensores da teoria mentalista representada pela Escola da Moeda (*Currency School*).

De acordo com Numa (2017, p. 239) o economista escocês se aproximava da abordagem francesa da teoria do crédito do dinheiro representada pelos estudos de Charles Coquelin (1802-1852). Coquelin foi um importante teórico francês que escreveu sobre a relação entre crédito e dinheiro sendo extremamente reconhecido pelo Grupo de Paris<sup>8</sup>. A sua principal obra foi *O Crédito e os Bancos (Du crédit et des banques)* de 1848, que antecedeu a publicação do primeiro volume de *Teoria e Prática Bancária* de 1856, de Macleod.

A seguir, comparamos a teoria francesa de Coquelin com a teoria inglesa de Macleod sobre teoria do dinheiro crédito. Essa discussão é importante para apontar diversas vertentes monetárias que estavam surgindo na Europa, apontando as afinidades teóricas que o economista teria com outros autores.

## 2.1. Moeda, Riqueza e Valor

Os conceitos Riqueza e Valor são próximos na teoria de Macleod, não irei me delongar na questão do valor, pois a mesma foi discutida no capítulo anterior. Para ele (MACLEOD, 1855, p. xxxi) a riqueza era tudo aquilo que poderia ser trocável no mercado financeiro, como por exemplo “a troca de dinheiro por dívidas, e o de dívidas por dívidas”. Na concepção do autor, quando bens não podem ser trocados no mercado externo para suprir prazeres, esses bens não teriam como ser riquezas, pois, não eram permutáveis. No que tange aos bens que podem ser vendidos e são adequados para o uso pessoal, estes últimos são vendidos ou trocados e constituem fortuna.

A definição de valor para o autor pode ser entendida como “o Valor de qualquer quantidade econômica é qualquer outra quantidade econômica pela qual possa ser trocada” (MACLEOD, 1855, p. 14). Para o autor não há como definir que exista um valor absoluto ou universal, pois, “provavelmente não há nada que possa ser trocado universalmente em todo o mundo”, e as coisas sem valor não podem ser trocadas, e o valor não depende de quem oferece o produto, mas depende da vontade do comprador.

---

<sup>8</sup> GREMAUD, 2020. loc.cit.

Para Numa (2017, p. 241) os conceitos Coquelin e Macleod sobre crédito e capital são parecidos. Coquelin descreveu o crédito como um meio de postergar o pagamento final de uma dívida em dinheiro. Essa liquidação adiada teria permitido que os produtores aumentassem seus meios de produção e desenvolvessem diretamente a economia. O crédito era o principal fator de desenvolvimento da economia para Coquelin<sup>9</sup> “[...] crédito multiplica capital”. Macleod (1855, p. 19) disse que o crédito é o “[...] direito de fazer um pagamento futuro”.

Ou seja, crédito era dinheiro. Crédito era dinheiro e as formas de dinheiro que circulavam no comércio eram diversas, como a moeda, papel-moeda, notas promissórias e letras de câmbio. Para o autor (1855, p. 23-24) o conceito dinheiro não se limitava apenas às trocas feitas em moedas no mundo dos bens, pois o fluxo de moeda metálica em circulação variava de acordo com a demanda produtiva, política e econômica na Europa.

Skaggs (2003, p. 369) sintetizou a ideia do economista sobre crédito e dinheiro em poucas palavras “[...] o crédito permite que um empreendedor financie empreendimentos lucrativos por meio de lucros futuros, assim como o dinheiro acumulado de lucros passados permite que novos projetos sejam realizados.” Macleod (1855, p. 20-21) compreendia que os bancos são as lojas de crédito, e o seu principal propósito é comprar e vender dívidas internas e externas. Portanto, para o autor, os bancos são lojas de dívidas e a compra de dívidas externas dava nome ao mercado da Troca Real (*Royal Exchange*).

As formas de dinheiro que circulavam no comércio eram variadas como a moeda, papel-moeda, notas promissórias e letras de câmbio. Para o autor, o conceito de dinheiro não se limitava apenas às trocas feitas em moedas no mundo dos bens, haja vista que o fluxo de moeda metálica em circulação variava de acordo com a demanda produtiva, política e econômica na Europa (MACLEOD, 1855, p. 23-24). A moeda poderia ser ouro, prata, papel ou qualquer outra coisa, desde que cumprisse a sua natureza fundamental de “medir e registrar dívidas” para facilitar a “sua transferência de uma pessoa para outra” (MACLEOD, 1855, p. 23-24).

Entretanto, as formas de dinheiro já tinham sido analisadas por Adam Smith (1984), e é com base na definição de Smith que percebe-se que Macleod tinha um posicionamento oscilante acerca das formas de dinheiro e da circulação das mercadorias no mundo dos bens.

Para Smith (1984, p.285), é a partir da divisão do trabalho que se pode definir dinheiro, pois, a divisão do trabalho é a base para criar o preço dos produtos. Ou seja, o preço é igual ao trabalho, portanto, a acumulação de Capital vem do preço do trabalho.

---

<sup>9</sup> Coquelin, 1848 apud NUMA, 2017, p.245.



Na produção de manufatura, ou na agricultura, haviam duas formas de capitais despendidos: o primeiro era o Capital Fixo, que tinha por finalidade suprir as demandas de subsistência. E o segundo era o Capital Circulante, que tinha por objetivo aumentar o capital, suprimindo as despesas gerais da produção e gerando o acúmulo de riqueza para o produtor. Portanto, o Capital Circulante consiste basicamente no abastecimento da produção, que é manter a terra produzindo (SMITH, 1984, p. 90 e 292). Os dois capitais eram acumulados de maneira natural pelo produtor, sendo assim, o capital era revertido no aprimoramento das forças produtivas, para que fosse possível contratar mais mão de obra com a finalidade de gerar mais Capital (SMITH, 1984, p. 286-290).

Macleod (1855, p. 18-20) disse que a criação do dinheiro na sociedade contemporânea foi bem por uma questão muito simples. Pois, o dinheiro poderia ser trocado por mais dinheiro ou por outras coisas, ou seja, as pessoas fazem uso direto do dinheiro da maneira mais conveniente. Numa (2017, p. 247) afirmou que a escola liberal francesa considerava somente ouro e prata como dinheiro, nesse sentido, eles eram metalistas. Eram raros os casos que definiam as notas promissórias como no caso do economista.

Agora, o que é verdade para um pagamento também é verdade para todos os outros. Assim, todo pagamento futuro, ou transferência de dinheiro, tem um valor presente, que pode circular no comércio. E é isso que se entende pela expressão comum a magia do crédito. Significa que uma promessa abstrata de pagamento produz exatamente os mesmos efeitos que o próprio dinheiro. (MACLEOD, 1855, p. 21).

Entretanto, a forma dinheiro não é simplesmente um objeto que é trocado no mundo dos bens como disse Macleod, o dinheiro é o lucro da exploração do trabalho que permeia as relações produtivas da sociedade inglesa. O Capital Circulante é o que Macleod vai chamar de economia de escambo. Levando em consideração que as trocas comerciais acontecem, o capital circulante possui diversos donos e é o responsável pela distribuição das mercadorias e da circulação de produtos no mercado, ou seja, o capital circulante é o responsável pela produção de dinheiro. Dessa forma, a cadeia produtiva está intimamente ligada à produção e a criação das formas de dinheiro para consolidar o preço das mercadorias; é a forma de representar o preço das mercadorias, relacionando os salários ao lucro e a renda da terra ao arrendamento da terra.

Por fim, Macleod (1855, p. 22) considera que moeda, crédito, valor e riqueza são elementos que estão intrinsecamente ligados e não são dissociáveis, pois, para o autor, a circulação é o meio pelo qual as moedas e mercadorias circulam nas transações econômicas.

Havia também uma relação de valor agregado entre moeda e meio circulante, a moeda era o meio pelo qual mercadorias circulam.

*O meio de circulação é manifestamente o meio pelo qual a circulação de mercadorias é efetuada e, claramente, pela própria força da definição, inclui dinheiro e crédito de todos os tipos. A moeda metálica é denominada dinheiro, e o papel-moeda de todos os tipos é denominado segurança do dinheiro. Esses títulos em dinheiro, ou o papel-moeda, são divididos em duas espécies gerais, primeiro, promessas de pagamento em dinheiro chamadas Notas Promissórias, e em segundo lugar, ordens de pagamento em dinheiro, chamadas de Letras de Câmbio (MACLEOD, 1855, p. 22). Grifos nossos.*

O autor disse que o crédito era uma “espécie de propriedade incorpórea trocável” (MACLEOD, 1855, p. 19), que pode ser comprada e vendida como qualquer bem, mas que equivale a milhões de dinheiro que circulam cotidianamente nos bancos. De fato, o capital circulante não é individual, entretanto, o principal papel dos Bancos é preservar o capital circulante expresso pela forma dinheiro, como definiu Smith, já que o lucro é o dinheiro e o próprio capital empregado (SMITH, 1984, p. 350-52).

Skaggs (2003, p. 369) diz que os Bancos são fundamentais na Teoria de Macleod, pois eram os principais responsáveis por fornecer crédito para diversas empresas por meio da emissão de notas promissórias, além de considerar que a emissão de notas teria impactos diretos na economia doméstica. Entretanto, para Smith (1984, p. 350 -352), a função dos bancos nesse sistema de capital circulante é o lucro. A finalidade do banco deve ser a de guardar uma reserva fracionada de dinheiro, ou seja, local onde se aplicam os recursos da produção, portanto, são multiplicadores dos recursos da produção.

Os recursos da produção seriam o que Macleod atribuiu em seu texto ao sistema de crédito. Entretanto, Macleod produziu 50 anos após Smith, então ele já possuía uma percepção mais sofisticada do que consistia o sistema de crédito descrito em *A Riqueza das Nações*, pois o sistema bancário em expansão havia passado por mudanças significativas na primeira metade do século XIX.

Coquelin (1848, p. 186-187 NUMA; GUY, 2017, p. 246), a priori, defendia que nenhuma proporção fixa entre as reservas bancárias e a quantidade de cédulas emitidas era desejável ou necessária. Tudo dependia de múltiplos parâmetros e a decisão ficaria a critério do banqueiro. O crédito era o principal impulsionador das atividades da economia se as linhas de créditos fossem suspensas por instabilidades, como guerras e outros eventos inesperados e, conseqüentemente, tendo impactos diretos na produção, pois haveria um recuo da produção e do capital.

As linhas de crédito estavam concentradas no Banco da França, se acontecesse qualquer especulação equivocada sobre a retração ou expansão do crédito por parte dos banqueiros com certeza aconteceria uma crise. Por esse motivo, os liberais franceses não concordavam com a centralização da emissão de notas e o controle do lastro em ouro em apenas uma instituição, caso o Banco da França fosse colapsado, toda a cadeia produtiva do comércio seria interrompida. Numa (2017, p. 244-245) destaca que o Banco da França era uma instituição privada que coexistiu com outros bancos comerciais. Coquelin, defendia um sistema bancário livre no qual a competição entre bancos na emissão de notas fosse distribuída.

Para Macleod (1859, p. 246) a causa primária das crises residia na quebra de confiança em relação ao sistema de crédito. O autor defendia que a origem das incertezas econômicas do período estava no crescimento do sistema de crédito, pois este poderia causar terríveis catástrofes mercantis por meio de quatro fatores: (i) taxas de juros muito baixas a longo prazo; (ii) empreendimentos em larga escala no interior e no exterior; (iii) fracasso de alguma grande colheita necessária para a subsistência; e (iv) um grande desarranjo no curso normal do comércio, como o início súbito ou o término súbito de uma guerra, pois a interrupção repentina da demanda de alguns artigos desorganiza os cálculos produtivos.

Todas as crises comerciais surgem de uma grande parte da comunidade comercial que apresentou, ou produziu, mais do que pode vender. Portanto, podemos dizer, em geral, que todas as crises comerciais nascem da superprodução. Sendo o crédito a grande força produtiva dos tempos modernos, e sendo dividido em Crédito Comercial e Bancário, é claro que uma Crise Comercial pode originar-se do abuso de um ou de ambos. Muitos especuladores sobre o assunto acreditam que por meio de regulamentações legais eles podem ser prevenidos ou bastante mitigados. Torna-se, portanto, da maior importância para a sociedade moderna apurar as fontes de onde se originam as crises comerciais e, principalmente, como a conduta dos grandes Bancos, que são os pilares do Crédito, deve ser pautada durante a tempestade. (MACLEOD, 1859, p. 625).

A origem das crises financeiras e as causas são as mesmas para Coquelin e Macleod. No entanto, Skaggs (2003, p. 373) considerou que para Macleod não tinha problema em emitir notas desde que houvesse demanda de circulação, mas ele era um devoto da estabilidade dos preços e criticava economistas que acreditavam que a inflação era benéfica.

A relação entre as obras de Coquelin e Macleod são resultado de uma extensa discussão monetária que estava acontecendo na Europa apesar do movimento Banco Livre (*Free Banking*) na França. Numa (2017, p. 242) destacou que o sistema bancário livre era a principal discussão teórica. Mas, havia elementos importantes da escola Banco Livre na teoria Macleodista.

De acordo com Numa (2017, p. 247), além de Coquelin outros liberais franceses como Michel Chevalier e Joseph Garnier foram críticos fervorosos da Lei Bancária de 1844, pois,

concentrou a emissão de todas as notas fossem completamente lastreadas em ouro, somente pelo Banco da Inglaterra, mas para eles essa lei não foi efetiva pois, com a suspensão dessa lei em períodos de crise (1847, 1857, 1866) privou os principais setores produtivos de se expandirem por causa da diminuição das reservas de ouro e a alta circulação de notas no mercado financeiro.

A seguir falaremos sobre a instabilidade da moeda metálica nos períodos de recessão expressos no *Dicionário de Economia Política* de 1859, de Macleod e qual era a sua visão sobre o Banco da Inglaterra - a maior loja de crédito do mundo contemporâneo, por meio da crítica a Lei Bancária de 1844.

## 2.2. A Lei Bancária de 1844

A Lei Bancária de 1844 foi um marco na história administrativa do Banco da Inglaterra, haja vista que, com base em uma análise Ricardiana sobre a inflação, a instituição passou pela primeira grande reestruturação desde a sua criação em 1694 com a finalidade de conter as despesas militares da Coroa. A partir dessa reestruturação do Banco, dois departamentos foram criados: o primeiro era responsável pela emissão de notas promissórias fiduciárias e o segundo era o departamento responsável pelas atividades bancárias, como a concessão de crédito e empréstimos para os clientes do Banco.

Para Xavier Bradley (2001, p. 1) a reformulação comercial do Banco da Inglaterra ocorreu devido às deficiências da Lei Bancária de 1844. Broz e Grossman (2004, p. 50) afirmam que a Lei foi crucial para firmar o monopólio do Banco como o principal centro financeiro “emergente como administrador monetário sob o padrão-ouro”, desempenhando o papel de restaurar a credibilidade das finanças públicas que foi fortemente abalada com a Grande Crise de 1825. E os bancos comerciais modernos estruturaram-se, tendo o monopólio sobre a criação do crédito para investirem em novos rendimentos e, conseqüentemente, tendo impacto direto na acumulação de capital.

O primeiro-ministro sir Robert Peel sancionou a Lei de Peel<sup>10</sup> (*Peel's Act*) ou Lei Bancária (*Charter Act*) de 1844 como uma resposta à drenagem de recursos que ocorriam no Banco desde 1783. Peel era um aliado da Escola da Moeda. O controle fiscal do banco começou pela primeira vez em 1783, quando restringiu temporariamente o crédito. Entre 1793 e 1797 houve racionamentos de descontos e a emissão de notas foi suprimida.

---

<sup>10</sup> Sir Robert (1755-1855) foi Secretário de Estado para os Assuntos Internos (1828-1830), Chanceler do Tesouro (1834-1835) e o Primeiro Ministro (1841-1846).

Horsefield (2016, p. 182) prossegue dizendo que os diretores e especialistas ligados à administração do Banco perceberam que a circulação de notas emitidas tinha impacto direto nos preços, gerando uma crise na balança interna produtiva inglesa. Os especialistas propuseram que uma “fuga de ouro causada por câmbios estrangeiros adversos poderia ser controlada por uma contração da circulação do Banco, levando a uma reversão do balanço de pagamentos”.

Horsefield (2016, p. 182) alerta que a fuga do ouro para o estrangeiro não seria a solução adequada para o mercado interno, mas expandir as linhas de crédito interno seriam mais eficazes para manter o nível produtivo e a confiança da sociedade no sistema financeiro. As políticas de redução do crédito interno, ou também chamado de crédito doméstico na Inglaterra, foram o estopim da crise de 1825, essa questão ainda será retomada no decorrer desta sessão.

Mollo e Fonseca (2012, p. 209) concordam que a Lei de 1844 foi importante para a consolidação do Banco da Inglaterra como a principal autoridade financeira do século XIX, pois reconheceu a necessidade de centralizar o controle monetário para impedir as flutuações de preços a curto prazo. Mollo (1994, p. 87) enfatiza que a Lei de 1844 era a representação das ideias do Princípio da Moeda (*Currency Principle*), a lei preocupava-se em “centralizar o controle da oferta monetária”. Além de criar dois departamentos no Banco: o Departamento da Emissão e o Departamento Bancário. O primeiro emitia as notas bancárias, mantendo a quantidade de emissões em relação à quantia de ouro em reservas detidas pelo banco, ou seja, as notas eram equivalentes à reserva de ouro. Já o segundo assemelhava-se a qualquer banco privado.

Enquanto somente o Estado cunhar moedas, não pode haver limite algum para esses direitos sobre cunhagem, porque, ao restringir-se a quantidade de moeda, seu valor pode elevar-se indefinidamente. É com base nesse princípio que o papel-moeda circula. Todos os encargos para a sua emissão podem ser considerados direitos sobre cunhagem. [...] Na história da cunhagem de moedas na Inglaterra verifica-se, de acordo com o anterior, que a moeda nunca era depreciada na mesma proporção em que era adulterada. A razão disso é que sua quantidade nunca aumentou em proporção à redução de seu valor intrínseco. (RICARDO, 1821, p. 259-260).

De acordo com esses princípios se conclui que não é necessário que o papel-moeda seja pagável em espécie para garantir o seu valor; basta que a sua quantidade seja regulada de acordo com o valor do metal adotado como padrão monetário. Se o padrão fosse o ouro de determinado peso e pureza, a quantidade de papel-moeda poderia ser aumentada sempre que o valor do ouro diminuísse, ou, o que é a mesma coisa, quanto a seus efeitos, sempre que o preço dos produtos aumentasse. (RICARDO, 1821, p. 260).

A Moeda Metálica, para Ricardo, não poderia ser depreciada se o papel moeda correspondesse a cunhagem de ouro feito pelo Estado, a crise comercial de câmbios adversos

poderia ser controlada desde que a emissão de notas fossem limitadas a quantidade fixa de ouro. Mollo e Fonseca (2012, p. 209) afirmam que para os representantes da Escola da Moeda (*Currency School*), apenas o controle do ouro e a sua conversibilidade seriam suficientes para equilibrar a balança comercial e o escoamento das reservas de ouro do banco para o exterior, desde que a emissão de notas fosse controlada para evitar as flutuações dos preços.

Macleod atribui a efetivação do famoso ato Bancário de 1844 principalmente, aos “[...] repetidos casos de má administração, no entanto, chamaram a atenção dos escritores para elaborar algum plano pelo qual o Banco deveria ser compelido a manter-se em uma posição de solvência [...]” (MACLEOD, 1859, p. 635). A solvência seria o Banco manter os pagamentos em dinheiro e o crédito comercial interno inglês e não os suspender temporariamente em períodos de deflação.

O autor compreendia que a expansão do crédito comercial era importante nos períodos de recessão econômica. Já que a principal preocupação da escola liberal francesa era que o público tivesse confiança no sistema monetário do Estado (MACLEOD, 1859, p. 641). Por esse motivo, o economista postulou que era de “importância nacional” compreender os períodos de recessão como parte do desenvolvimento do sistema moderno de crédito, tendo em vista que as crises certamente se repetiam periodicamente, e um curso de ação errado poderia ter consequências mais graves para o público (MACLEOD, 1859, p. 641).

Em *Crises Econômicas no Dicionário de Economia Política* de (1859), o economista, apresentaria aos seus leitores um relato histórico acerca das crises comerciais inglesas na transição do século XVIII para o século XIX. Em sua crítica à Lei Bancária de 1844, ele fez um levantamento cronológico sobre as principais crises entre 1763 e 1857. Num intervalo de 90 anos ocorreram sete períodos de recessão que não poderiam ser explicados apenas pelo Princípio da Moeda (*Currency Principle*) e da Escola da Moeda (*Currency School*).

Para Macleod (1859) e outros economistas mais próximos da doutrina da Escola Bancária (*Banking School*), essas crises poderiam ter sido remediadas, mas os dirigentes do Banco da Inglaterra foram insensíveis a dois fatores que eram o gatilho das crises. Macleod (1859, p. 645) relata que o primeiro era a superprodução, ou seja, o mercado interno produziu mais do que poderia vender.

*Se, portanto, as pessoas produzirem ou apresentarem para venda de qualquer maneira, ou comprarem tanto a crédito, de modo que o preço das mercadorias, etc., quando vendidas não possa resgatar o crédito, é evidente que elas trouxeram adiantado ou produzido demais. E este é o verdadeiro significado daquela expressão frequentemente usada, mas mal definida, SUPERPRODUÇÃO. Toda operação mercantil, portanto, é acompanhada de uma perda, que é superprodução, e toda pessoa*

que a faz é levada muito mais perto da falência (MACLEOD, 1863, p. 645). Grifos nossos.

Em seguida, as casas bancárias estavam todas conectadas pelo sistema moderno de crédito, se uma viesse a colapsar, toda uma rede de comércio interno e externo que era feita por meio dos bancos era afetada.

*[...] O perigo crescente sob o moderno sistema de crédito é que a maioria das pessoas, mesmo as de mais alto nível, estão tão envolvidas com outras que é sempre impossível dizer como os maiores nomes podem estar emaranhados com outros. Quando, portanto, números consideráveis são afetados, o descrédito certamente aumentará consideravelmente além do perigo real. Um ramo muito importante da investigação, portanto, é considerar quais meios devem ser adotados para estender a ajuda temporária àquelas pessoas que são realmente solventes, mas cujo crédito pode ser afetado pela desconfiança geral [...]* (MACLEOD, 1863, p. 645).

Macleod (1859, p. 635), disse: '[...] É uma doutrina muito favorita de algumas pessoas que as crises comerciais são causadas principalmente pelo abuso do poder de emissão de notas pelos bancos [...]'. Retomando a argumentação de Mollo (1994), a escola bancária não considerava ser conveniente o controle da moeda para evitar deflação (MOLLO, 1994, p. 88). Ele aponta em seu texto que os defensores da Escola Bancária não acreditavam no controle da moeda, justamente porque a Escola da Moeda não compreendia depósitos e letras de câmbio como meios de pagamento.

Para o autor (1863, p. 627-628), a primeira grande crise econômica no qual o Banco da Inglaterra estava envolvido foi a de 1793, pois, entre 1782 e 1792, ocorreu um aumento progressivo do comércio externo do país motivado pelas “importações, exportações, tonelagem interna e externa”. Houve um crescimento significativo na quantidade das casas de crédito nesse período, uma vez que as redes comerciais do país haviam duplicado, se deu por causa do Tratado do Comércio e Navegação (1789) e pela Guerra nas Treze Colônias (1776-1783). Segundo Macleod (1859, p. 627-228), em Londres no ano de 1750, “não havia mais de 12 banqueiros fora de Londres; em 1792, supunha-se que eram pouco menos de 400, [...]”. O fim da Guerra que levou à independência das colônias na América resultou ao desequilíbrio da balança de exportações ingleses, dado que o crescimento das emissões de notas promissórias, no período, se deu por causa do contexto das Guerras Revolucionárias Francesas (1789-1799) e das Guerras Napoleônicas (1803-1815).

O Banco da Inglaterra, após o fim das Guerras, começou a enfrentar problemas econômicos, no que Lary Neal (1997, p. 3) chamou de “transição de uma economia de tempo de guerra para uma economia de tempo de paz.” Neal (1997) Pois, a guerra foi o principal fator

de expansão do sistema financeiro inglês, pois o Tesouro por meio do Banco, foi extremamente beneficiado pelos impostos cobrados durante esse período, além de fazer transferências fiscais para exterior, pois, exportação de ouro era contínua pois era extremamente lucrativa para o Banco.

Para Macleod (1859, p. 631) a exportação de ouro para o exterior era extremamente lucrativa para o Banco, pois quanto mais ouro em circulação no exterior maior era a emissão de notas feitas pela instituição. A exportação garantia uma balança comercial favorável para o banco, além de mais ouro circulando no sistema financeiro inglês.

De acordo com Neal (1997, p. 3-5) a Guerra mais cara da história inglesa, e mais benéfica, foi a Guerra contra Napoleão. Entretanto, em 1816 houve uma queda significativa do arrecadamento das receitas tributárias da Coroa, pois essa receita deveria compensar a dívida acumulada da guerra com o Banco. O Banco da Inglaterra dispunha de grandes reservas de ouro que seriam transformadas em moedas para substituir as libras de papel. Essas grandes reservas de ouro permitiram que o Banco da Inglaterra investisse em outros mercados, mas o uso das reservas de ouro acelerou a sua liquidez.

Neal (1997, p. 18) enfatiza que o comércio inglês foi impulsionado durante as Guerras Napoleônicas apesar das manufaturas já existirem no país desde a metade do século XVIII. Somente no período de Guerra houve uma pesada expansão da manufatura nas *Midlands* e Sul do País de Gales, além do crescimento do comércio exterior e o aumento de mercadorias que aportavam e saíam dos portos de Londres. Todo esse crescimento se deu por causa dos Bancos do país, que remetiam para Londres as receitas do governo do imposto sobre a terra, o imposto do selo, o imposto de renda, e outros impostos ligados a essa rede de mercado global.

Em 1825 o Banco da Inglaterra passa por uma retração e diminui a emissão de notas. Consequentemente, isso criou caos no mercado monetário, pois os investimentos feitos no exterior começaram a falir. Lary Neal (1997, p. 27) enfatiza que o colapso do crédito provocou uma onda de falências de bancos privados, “[...] 73 dos 770 bancos na Inglaterra e até 3 dos 36 na Escócia”, e o pico da crise se deu em abril de 1826. O Banco da Inglaterra concluiu que a crise se deu pela emissão excessiva de notas pelos bancos ao redor do país, já que havia muitas casas de crédito que haviam investido em empreendimentos de alto risco no mercado recém inaugurado nas Américas.

De acordo com Neal (1997, p. 35), os registros de falência levaram há um pânico financeiro que foi transmitido por meio dos canais de crédito de toda a Grã-Bretanha, impactando todo o comércio e a indústria do campo por meio da “crise de liquidez exercida sobre os bancos do país.” E as falências do campo foram maiores do que na cidade.



Após a grande tragédia comercial de 1825, o Banco da Inglaterra reduziu o crédito doméstico, Macleod, expressou a sua maior preocupação em relação a redução do crédito era “[...] temos que considerar no momento é a política de impor um limite numérico definido às questões do Banco, em oposição diametralmente às opiniões das mais eminentes autoridades bancárias até 1840” (MACLEOD, 1863, p. 635). Após a promulgação da Lei Bancária de 1844, outra grande crise se estabeleceu na Inglaterra em 1847. O excerto a seguir mostra como o economista compreendia a má gestão de crises monetárias pelo Banco da Inglaterra. Após 1847, o economista escocês afirma que o Princípio da Moeda é uma ilusão, tendo em vista que emitir notas em relação ao lastro em ouro não foi o suficiente em 1844. Logo, a principal preocupação dos economistas do período deveria ser:

A intenção dos formuladores da Lei era que, à medida que o ouro saísse do país, as emissões do Banco nas mãos do público fossem gradualmente diminuídas, de modo a valorizar o dinheiro e prender o dreno. Após a aprovação da Lei de 1844, por várias circunstâncias, houve um aumento contínuo do ouro no Banco até agosto de 1846, quando atingiu um máximo de 16 milhões, e a taxa de desconto foi de 3%. As figuras a seguir mostram as notas em poder do público, e em reserva, a quantidade total de barras e a taxa de desconto, de agosto de 1846 até a crise de abril de 1847. (MACLEOD, 1859, p. 637).

Macleod (1859, p. 637-639) alega que a "podridão do mundo comercial" foi exposta pela crise de 1847, outra crise profunda e intensa, pois foi um período de recessão de grande escala que afetou novamente as rotas comerciais e gerou o fracasso das colheitas (MACLEOD, 1859, p. 637-639) Essa crise foi a responsável pela revogação da Lei de 1844. Até mesmo os defensores da Lei sentiram-se fracassados, mas retomaram o Princípio da Moeda somente após a Guerra da Criméia (1853-1856), guerra que afundou a Inglaterra em uma nova crise em 1857.

Bradley (2001, p. 4) e Numa (2017, p. 247) destacam que a Lei Bancária de 1844 foi suspensa nas três crises monetárias de 1847, 1857 e 1866 e o Banco da Inglaterra permitiu a emissão de notas que excediam seus depósitos de ouro. Sendo assim, as crises tinham origem justamente das falhas de emissores de letras de câmbio, porque as reservas de ouro do Banco já estavam baixas e a emissão gerava inflação, privando os produtores de acessarem linhas de crédito para investirem em suas produções durante as crises, enfraquecendo as redes de manufaturas inglesas. Mollo (1994, p. 90) ainda atribui que a suspensão da Lei de 1844 deu razão à Escola Bancária, porque a restrição do padrão-ouro e da emissão de notas ampliaram as flutuações do processo produtivo.

Por fim, Macleod apontava os diretores do Banco da Inglaterra como os principais culpados pelos diversos períodos de recessão em curtos espaços de tempo, além de criticar o

Princípio da Moeda. No entanto, o autor reconhecia a importância de controlar a conversibilidade da moeda de maneira fixa para evitar novas crises. O autor encerra a discussão da fonte retomando o que ele entendia como Crédito, Moeda e Valor.

[...] O próprio Princípio da Moeda é uma pura ilusão (Princípio da Moeda); e, além disso, é a maior ilusão de todas supor que o Ato Bancário de 1844 o execute. Grande parte dessas doutrinas errôneas são fundamentadas em uma visão equivocada da natureza do crédito. Nada é mais comum do que dizer que o dinheiro tem valor intrínseco, e que o papel é apenas o representante do valor. A total contradição de idéias envolvidas nesta linguagem é totalmente mostrada em **Crédito, Moeda, Valor**. Esquece-se totalmente que o dinheiro não tem valor a não ser o que for trocado, e que tudo o que for trocado por ouro tem o valor do ouro. *O papel que é sempre trocável por ouro, como todo economista mostrou, é igual em valor ao ouro. O verdadeiro problema, então, é descobrir como o papel pode ser melhor mantido pelo valor do ouro.* [...] (MACLEOD, 1863, p. 647). *Grifo nosso.*

O último excerto sublinhado acima expressa a máxima da Escola Bancária, que seria a questão de apenas ser possível manter a emissão de notas com base no lastro em ouro, uma vez que haja reservas de ouro para fazê-lo. E a redução, ou a suspensão do crédito nas crises de 1847 e 1857, não foi a melhor saída para superar as crises. Lembrando que, para Macleod (1855), crédito é dinheiro que faz as coisas circularem no mundo dos bens, logo, o fato de não haver crédito disponível para fornecer segurança ao público geral para investir no mercado inglês foi um dos principais fatores desses períodos de inflação. Além das sucessivas guerras no qual a Inglaterra estava envolvida indiretamente, a sua rede comercial era abastecida por conflitos externos.

Braz e Netto (2019, p. 151) enfatizam que, quanto mais o capital se expande, mais ele se concentra. A partir de 1825 a Inglaterra consolidou a sua posição como o centro comercial do mundo, pois a economia global estava interligada às casas de crédito e aos portos de Londres, ou seja, a Inglaterra tinha o centro de produção de manufaturas mais importantes do período, além do principal setor de crédito e do maior Banco emprestador do mundo. Independente dos períodos de crise, no decorrer do século XVIII e XIX a Inglaterra conseguiu concentrar a produção mundial de manufaturas no seu território, e as guerras napoleônicas foram o estopim para a concentração de redes comerciais em Londres.

O artigo de Macleod (1855) aponta para a mudança no papel dos bancos, indicando o início do monopólio bancário inglês em relação ao sistema capitalista global. Macleod está correto, dado que os bancos eram os principais emprestadores de crédito comercial, logo, eles eram os principais responsáveis pelos períodos de recessão. Braz e Netto (2019, p. 191) os bancos num primeiro momento eram apenas casas intermediárias de pagamentos, entretanto,

com o aumento da concorrência comercial essas casas se tornaram sistemas complexos que concentraram todo o controle do Crédito Bancário e Comercial sob seu controle.

Outro ponto importante na crítica de Macleod é a aceitação das crises econômicas como parte do crescimento do sistema econômico. De fato, o capitalismo é um sistema instável, segundo Braz e Netto (2019, p. 156) não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise. Independente dos fatores que constituem a crise como as guerras, períodos de recessão, entre outros motivos, as crises são vitais para a manutenção do sistema capitalista.

A seguir a discussão se concentra na temática a respeito da criação do banco da Inglaterra e como a Lei Bancária de 1844 foi crucial para consolidar o monopólio do sistema de crédito inglês e como o mesmo estava interligado com diversas casas de crédito espalhadas pela Europa e América.

### **2.3. O Banco da Inglaterra**

O Banco da Inglaterra é o principal Banco Central do Mundo e foi fundado em 1694, por meio de uma Carta de Lei. Maryse Farhi (2014, p. 399) aponta o Banco como o principal protótipo dos bancos modernos. Em sua origem era um Banco Privado e o seu capital advinha das compras de títulos públicos da Coroa, principalmente por causa das Guerras que a Grã-Bretanha se envolveria até a Segunda Guerra Mundial. Em última instância era um banco do governo, gerenciava recursos públicos e fazia empréstimos para o Estado. O Banco da Inglaterra se tornou público apenas em 1946 e, em 1991, o Parlamento proibiu o Banco de financiar as contas do governo.

O principal elemento de diferenciação do Banco da Inglaterra foi a sua perpetuação no decorrer de 200 anos, se tornando o principal banco central do mundo, e o mais antigo. Entretanto, o banco só se tornou o principal centro financeiro do mundo porque garantiu o monopólio sobre a emissão de notas em 1844. Broz e Grossman (2004, p. 57) apontam que havia um contrato entre o Banco e a Coroa para garantir o monopólio da emissão de papel-moeda, o Banco possui 6 filiais até 1825.

O monopólio era importante para garantir a rentabilidade dos particulares que financiavam a instituição. Era fundamental a Coroa conceder determinadas facilidades ao Banco para concorrer com as diversas casas bancárias. Por esse motivo, até 1844 o Governo fez diversas concessões ao Banco para que a sua rede de crédito fosse expandida para ajudá-lo a financiar guerras estrangeiras frequentes por meio de empréstimos constantes. Entre 1694 e 1844 a Inglaterra esteve em guerra por 70 dos 151 anos. Entretanto, Broz e Grossman (2004, p.

66) ressaltam que a renovação das concessões do Banco se deu pelas demandas do período, isso porque, inicialmente, o Banco não foi criado com o intuito de ser permanente. As constantes preocupações fiscais do governo em relação às guerras, o aumento das despesas tendia a renovar a Carta Lei de 1694, esta carta poderia ser renovada a cada 10 anos.

Neal (1997) aponta uma expansão significativa das filiais do Banco da Inglaterra em 1825, “o Banco deveria estabelecer suas próprias agências e deveria e “[...] deve abrir mão de seu privilégio exclusivo quanto ao número de sócios que atuam no Banco” porque a crise do período levou o governo a questionar a capacidade do Banco manter a confiança pública em períodos de recessão, além de equilibrar as contas públicas (NEAL, 1997, p. 40-42). Assim, o Banco da Inglaterra estabelece uma política de ações conjuntas, estabelecendo mais filiais pelo país, e limitando a atuação de outros bancos privados em Londres, assumindo algumas funções de um banco central do país.

De acordo com Neal (1997, p. 42-43), o Banco da Inglaterra tem seu capital elevado para um banco de ações. Os títulos domésticos eram o mercado mais atrativo das emissões de dívida pública até 1824. Mesmo com o período de recessão, de 1830 até 1860 ou 1870, o mercado de letras era o meio mais importante pelo qual o crédito doméstico foi distribuído para toda a Grã-Bretanha. O crédito doméstico não se restringia apenas às grandes indústrias e comerciantes, também contemplava pequenos investidores e produtores e tornou-se a forma mais importante pela qual o crédito doméstico foi distribuído na Grã-Bretanha.

O Banco da Inglaterra e as suas agências complexificam as redes de empréstimos domésticos, melhoram o mecanismo de pagamentos garantindo o bom funcionamento do mercado de notas promissórias.

O conceito de existir um Banco Central começa a ter sentido apenas na primeira metade do século XIX. Antes disso, em *A Riqueza das Nações* (1779), Adam Smith escreveu um pouco sobre a função das “sociedades bancárias” na Escócia, que eram as principais responsáveis por emitir notas e fazer pagamento em todo o país (SMITH, 1982, p. 305). Além disso, com as notas emitidas pelas sociedades bancárias poderia fazer compras e pagamentos de qualquer natureza. As sociedades bancárias estavam espalhadas por toda a Escócia desde 1670, até mesmo em locais do interior. E o sistema de crédito era constituído da seguinte maneira.

O comércio da Escócia, que no momento não é muito grande, era ainda muito menor quando se criaram as duas primeiras sociedades bancárias mencionadas; e essas sociedades teriam feito poucos negócios, caso tivessem limitado suas operações a descontar letras de câmbio. Por isso, inventaram outro método de emissão de suas notas promissórias, permitindo as chamadas contas de caixa, isto é, liberando crédito até uma certa quantia (2 ou 3 mil libras, por exemplo) a todo indivíduo que pudesse

apresentar dois avalistas de crédito inquestionável e donos de propriedades fundiárias, garantindo que todo o dinheiro adiantado pelo banco, até o montante do crédito concedido, seria reembolsado quando solicitado, juntamente com os juros de lei. (SMITH, 1982, p.306).

Quando Adam Smith escreveu a obra que é o marco inicial do Liberalismo, os bancos possuíam uma característica mais simples, recebendo pagamento de qualquer natureza, além disso, a implementação de bancos da Escócia era bem mais avançada do que na Inglaterra (SMITH, 1982, p. 305). Apesar dos primeiros bancos escoceses serem oficializados no *The Bank of Scotland*, foi criado por lei do Parlamento em 1695 e o *The Royal Bank* foi criado em 1727. Entretanto, as sociedades bancárias já existiam há pelo menos 20/30 anos antes da oficialização destes bancos escoceses.

Por esse motivo, a crise de 1825 é tão importante para a formação do Capitalismo comercial, pois é a partir desse período que o Banco da Inglaterra começou a explorar outros mercados nacionais, construindo o monopólio das redes de crédito comerciais em Londres.

Braz e Netto (2019, p. 191) relatam que a gênese dos bancos modernos foram as casas bancárias, dado que neste período os bancos só eram responsáveis por serem os intermediários de pagamentos. Com o desenvolvimento do Capitalismo, os bancos passaram a ser responsáveis pela elaboração do sistema de crédito. A partir de 1873 os bancos começaram a controlar somas monetárias imensas, essa grande quantidade de dinheiro era a fonte de empréstimos para os capitalistas industriais expandirem a sua produção.

O Banco da Inglaterra se tornou o maior banco emprestador de crédito da Europa de maneira definitiva após 1844, tendo em vista que a Lei Bancária permitindo que o Banco da Inglaterra fosse o principal emissor de notas promissórias do país. A inserção do monopólio no Capitalismo é importante, pois começa a evidenciar o processo de transformação que está acontecendo com a expansão do mercado comercial de Londres.

De acordo com Braz e Netto (2019, p. 184-185) o Capitalismo concorrencial ou mercantil era o estágio econômico no qual o Capitalismo se encontrava no Liberalismo Clássico no qual se inicia um processo de industrialização, urbanização e a formação de mercados mundiais para escoar as manufaturas. A expansão do sistema de crédito para outros países, conseqüentemente do comércio, internacionalizou a economia. Havia amplas possibilidades de negócios, não é à toa que ocorreu uma grande expansão comercial na primeira metade do século XIX. No entanto, o Capitalismo foi cada vez mais concentrando e centralizando o capital sob o controle de pequenos grupos monopolistas.

Braz e Netto (2019, p. 189-90) afirmam que os banqueiros e a burguesia industrial eram os principais grupos que detinham grande concentração de capitais. A economia mundial, a partir de 1873, seria marcada pelos monopólios desses dois grupos, monopólio que superava as fronteiras nacionais. Assim, a produção industrial a nível global se consolidou como o pilar da economia capitalista do final do século XIX. Os monopólios também seriam conhecidos como pool, cartel, sindicato ou truste. E, por fim, a junção do capital monopolista e do industrial dá origem a uma nova modalidade de capital, o capital financeiro, que se perpetuou pelo século XX e tem se prolongado até o início do século XXI.

De acordo com Braz e Netto (2019, p. 169-176) quanto mais o Capitalismo se expande, mais ele gera crises, pois a crise é uma contradição do próprio sistema capitalista. Não existe sistema capitalista sem crise, haja vista que ela é a contradição fundamental do sistema capitalista, uma vez que ela gera mais miséria para a classe trabalhadora e concentra cada vez mais capital na mão da burguesia.

As crises financeiras fazem parte do da perpetuação do sistema capitalista, pois permitem que o sistema se reforme de maneira cíclica e contínua. Essas formas estão previstas em períodos de crise. A crise de 1825 apontava problemas na estruturação do Capitalismo financeiro e a reformulação das estruturas bancárias foi decisiva para a constituição da Revolução Industrial, já que a ampliação do sistema de crédito permitiu a centralização do capital bancário na Inglaterra, dando origem ao capital financeiro, que formou uma Oligarquia Financeira (industriais e banqueiros) que dominavam completamente o comércio Externo.

A venda de títulos gerou um grande volume de empréstimos a curto prazo, ou seja, o crédito doméstico foi ampliado e distribuído por toda a Grã-Bretanha e a consolidação do crédito doméstico foi um dos principais responsáveis pela sustentação e expansão da indústria inglesa, além de consolidar a Revolução Industrial entre 1830 e 1870, pois houve uma ascensão do mercado de contas. A expansão do capital ocorreu de maneira alheia aos trabalhadores e foi a principal responsável pela reformulação do sistema financeiro britânico. A venda de títulos públicos e o monopólio da emissão de notas promissórias, são alguns exemplos de como o Capitalismo se expandiu.

Henry Dunning Macleod acertou sobre os Bancos serem os principais responsáveis pelas crises econômicas, tendo em vista que todo o sistema capitalista estava se interligando e concentrando capital no sistema bancário inglês, se uma parte viesse a colapsar, toda uma rede de comércio interno era afetada, além disso, era mérito do autor compreender as crises como parte constitutiva do sistema financeiro. O economista escocês testemunhou a transformação

do Liberalismo enquanto uma prática econômica que concedeu monopólios financeiros e concentração de capital na mão dos banqueiros e grandes industriais.

## CONCLUSÃO

A teoria do dinheiro-crédito de Henry Dunning Macleod foi um marco para a primeira metade do século XIX. Contudo, Macleod não caiu no esquecimento como enfatizaram os autores da bibliografia. De fato, seus trabalhos foram pouco traduzidos para outras línguas, contudo sua produção bibliográfica foi retomada em 1870, 1950 e 1990 por motivações específicas destes contextos econômicos políticos. Apesar de Macleod ser um crítico das teorias clássicas do valor propostas por Smith e Ricardo, esse também não foi o motivo para o relativo esquecimento das obras do economista.

O caráter monetário, institucional e técnico das obras de Macleod desperta o interesse de teóricos nos seus debates monetários em determinados períodos, a principal preocupação é compreender a necessidade histórica da recuperação de sua produção teórica, e a quais indivíduos e grupos essa retomada de Macleod é importante.

No mais, as suas obras são importantes para compreender a história das instituições como, por exemplo, quais as motivações financeiras que levaram os diretores do Banco da Inglaterra a sancionar a Lei de 1844, além de apresentar claramente os conflitos teóricos do Liberalismo no século XIX.

Além disso, Macleod era um banqueiro prático, dada a sua larga experiência como diretor do *Royal British Bank*. Os seus estudos monetários sobre as instituições financeiras eram amplos e explícitos na maneira como os bancos expandiram a emissão de notas promissórias por meio de descontos diretos em contas de clientes, ou fazendo adiantamentos de dinheiro em relação ao pagamento das notas. Além de estudar como o efeito da emissão de notas afetava a economia doméstica - o desconto de notas e a expansão do crédito doméstico têm uma relação direta no crescimento das sociedades bancárias.

Neste trabalho empreendemos o esforço de entender o que e como o pensamento liberal compreendia os conceitos como moeda e riqueza e a maneira como estes conceitos estão ligados a uma nova identidade da sociedade burguesa liberal. Os pequenos, médios e grandes capitalistas, além dos banqueiros, fazem parte dessa nova configuração da sociedade, sendo as principais figuras políticas e sociais deste período.

Macleod, quando escrevia acerca dos conceitos de moeda, valor e riqueza, estava afirmando sua posição teórica e econômica e reforçando a identidade do banqueiro que estava surgindo na primeira metade do século XIX. Os seus conceitos eram elementos de identificação significativos para discutir com os seus pares, outros rentistas e economistas.

A obra de Macleod é escrita após a crise da Economia Política Clássica, no qual novas



correntes liberais estavam disputando campos teóricos e práticos por meio da Economia. Há um caráter histórico em *Teoria Bancária* e *Um Dicionário de Economia Política*, além das discussões quantitativas e monetárias feitas pelo autor.

Houve um apagamento do valor do trabalho e das questões sociais em sua obra. Entretanto, isso é reflexo dessa estrutura argumentativa da nova Economia que se desprende da Economia Política Clássica, focando em elementos quantitativos da economia enquanto uma ciência que foi teorizada e legitimada pelas cátedras dos centros universitários da Europa. Contudo, não é possível manter as políticas liberais do livre comércio, da expansão da manufatura e do novo mercado consumidor, sem a exploração da classe trabalhadora. Não existe acúmulo de riqueza no capital sem a exploração do trabalho.

Ainda que haja uma desvalorização da teoria do valor-trabalho na obra de Henry Dunning Macleod, ela faz parte de um apagamento proposital sobre essa discussão. Esse apagamento é um dos resultados da nova crítica da Economia Política que não tem uma formação social em sua base, pois a ciência econômica deveria preocupar-se apenas com os aspectos quantitativos do comércio.

Os debates monetários entre a Escola da Moeda, a Escola Bancária e o Banco Livre apontam para a inserção da moeda metálica na história do Capitalismo e discutirem, a importância da principal instituição do período, os bancos. Além de suas divergências teóricas, a formação dessas escolas é resultado do Liberalismo, sejam liberais ingleses ou franceses, o livre comércio e a questão da propriedade privada eram os elementos centrais de sua formação.

Sobre o livre comércio e os Bancos, antes de 1844, havia um Capitalismo comercial e de ampla concorrência, período crucial para expansão das manufaturas inglesas por toda a Inglaterra. Além disso, havia ampla concorrência entre diversos bancos comerciais e o Banco da Inglaterra. Macleod, teoricamente, se aproximava do pensamento liberal francês e defendia que as intervenções do Primeiro-Ministro Sir Robert Peel, quando aprovou a criação da Lei Bancária de 1844, não estava de acordo com as regras do livre mercado.

Os liberais franceses eram a favor da não intervenção do governo na Economia, entretanto, essa intervenção é questionável, tendo em vista que o Estado garantia a propriedade privada defendida por esses teóricos, além de garantir os contratos dos Bancos e, por sua vez, isso também é uma forma de intervenção.

Por mais que o Banco da Inglaterra fosse privado, ele prestava serviços para a Coroa, logo, os interesses do governo o privilegiaram. A concessão de monopólios dados ao Banco, por meio da lei de 1844, é justamente o esforço da Coroa em concentrar nos cofres do banco o

maior fluxo de riqueza, pois a instituição era o maior financiador das guerras e das contas do governo. Então, era interessante para a Coroa expandir o capital do banco.

Por esse motivo, a emissão de notas promissórias foi concentrada no Banco da Inglaterra. Além disso, a abertura de diversas filiais do Banco começa a extinguir a concorrência de outros bancos comerciais, pois, se houvesse crises, a Coroa continuaria a manter o Banco da Inglaterra. Entre 1825 e 1870, diversos bancos abriram falência, ao passo que o Banco da Inglaterra expandiu as suas linhas de crédito e, a partir dos anos 1870, consolidou-se como o principal centro de empréstimos do mundo.

Contudo, existir um único Banco Central que possui imensas reservas de dinheiro e crédito é um ponto interessante da história do Capitalismo, e o seu movimento de concentração de capital em um determinado local é uma situação interessante de ser analisada pela historiografia das instituições.

O crescimento exponencial do banco foi importante, pois a instituição foi a principal financiadora da segunda fase da Revolução Industrial, que começa nos anos de 1870 e muda significativamente a sociedade e as instituições econômicas. As grandes fábricas e monopólios comerciais remodelam o espaço urbano, as cidades são a representação das mudanças dos hábitos sociais como, por exemplo, a figura do trabalhador assalariado de fábrica e o consumo e o mercado de bens de luxo.

Os grandes monopólios criam novas formas de controle do mercado por meio de *holdings*, *trustes*, *cartéis*, entre outros, concentrando na mão de determinados capitalistas uma grande quantidade de Capital, ao passo que os pequenos e médios capitalistas perdem espaço na sociedade monopolista.

Por fim, o Liberalismo começou de maneira revolucionária, pois queria se desprender da nobreza, contestando a teoria do poder divino dos Reis. O trabalho e a propriedade privada são os elementos de distinção social dos liberais. Entretanto, o apagamento do trabalho na obra de Macleod aponta para uma nova modalidade do Liberalismo, enquanto meio de exploração da classe trabalhadora.

O nível de exploração e concentração dos modos de produção da classe burguesa, em relação à classe trabalhadora, é um novo elemento da Economia Política. As críticas de Karl Marx são a expressão dos níveis de exploração que a sociedade não tinha experimentado. Logo, o Liberalismo, enquanto instrumento de domínio entre classes, criou a figura do trabalhador da fábrica que vive no meio urbano.

A história da formação do Liberalismo envolve um processo extremamente violento que mudou significativamente as estruturas econômicas e sociais do século XIX, tendo em vista que

o capitalismo liberal é a história da luta de classes e a exploração do trabalho. A Revolução Industrial e os avanços técnicos científicos foram importantes para a sociedade contemporânea, entretanto, a história do liberalismo é a história da violência contra a classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

BRADLEY, Xavier. **An Experience in Banking Departmentalisation: The Bank Act of 1844**, 2001. Disponível em: <<https://www.quantum-macroeconomics.info/wp-content/uploads/2018/10/5.-An-Experience-in-Banking-Departmentalisation-The-Bank-Act-of-1844-by-Xavier-Bradley.pdf>>. Acesso em: 02 junho 2022.

CORRÊA, Fábio Rogerio Cassimiro. Rompendo com a economia política clássica no século XIX: a recepção das ideias de Henry Dunning MacLeod no Brasil. **In: Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Disponível em:

<[https://www.abphe.org.br/arquivos/2015\\_fabio\\_cassimiro\\_correa\\_rompendo-com-a-economia-politica-classica-no-seculo-xix-a-recepcao-das-ideias-de-henry-dunning-macleod-no-brasil.pdf](https://www.abphe.org.br/arquivos/2015_fabio_cassimiro_correa_rompendo-com-a-economia-politica-classica-no-seculo-xix-a-recepcao-das-ideias-de-henry-dunning-macleod-no-brasil.pdf)>. Acesso em: 30 março 2022.

DE PAULA, João Antônio. Ensaio sobre a atualidade da lei do valor. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 4, n. 2, 1984. Disponível em:<<https://centrodeeconomiapolitica.org/repos/index.php/journal/article/view/1889/1875>>. Acesso em: : 4 julho 2022.

FARHI, Maryse. **Crise financeira e reformas da supervisão e regulação**. Texto para Discussão, 2011. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/handle/10419/90981>>. Acesso em: 4 julho 2022.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas. **Nova Economia**, v. 22, p. 203-233, 2012.

GREMAUD, Amaury Patrick. **O Ensino de Economia no Império e na Primeira República Brasileira**. 2020.

HORSEFIELD, J. K. The Origins of the Bank Charter Act, 1844. *Economica*, vol. 11, no. 44, 1944, pp. 180–89. *JSTOR*, <https://doi.org/10.2307/2549352>. Disponível em:<<https://www.jstor.org/stable/2549352>>. Acesso: 20 junho 2022.

LOCKE, J. **Dois tratados sobre o governo**. Tradução Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, (1698) 1998. Cap. I-III.

LLOMBART, Vicent. El valor de la Fisiocracia en su propio tiempo: un análisis crítico. **Investigaciones de historia económica**, v. 5, n. 15, p. 109-136, 2009.

MACLEOD, Henry Dunning. **The Theory and Practice of Banking: with the elementary principles of Currency, Prices, Credit, and Exchanges**. v. 1. 1855.

\_\_\_\_\_. **A dictionary of political economy: biographical, bibliographical, historical, and practical**. v. 1. Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, 1859. Second Edition.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital.** Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. As controvérsias monetárias do século XIX. **Ensaio FEE**, v. 15, n. 1, p. 80-97, 1994.

\_\_\_\_\_. Ortodoxia e heterodoxia monetária: a questão da neutralidade da moeda. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 24, p. 323-345, 2004.

NUMA, Guy. Charles Coquelin and Jules Dupuit on banking and credit. **Journal of the History of Economic Thought**, v. 39, n. 2, p. 239-256, 2017.

doi:10.1017/S1053837216000493. Disponível em:

<<https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/0C7471A66100BC079E9C951ACEE09AC6/S1053837216000493a.pdf/charles-coquelin-and-jules-dupuit-on-banking-and-credit.pdf>>. Acesso em: 05 julho 2022.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** Cortez Editora, 2019.

RACHE DE CAMARGO, B. L. Mercantilismo y fisiocracia. **Catálogo editorial, [S. l.]**, v. 1, n. 190, p. 26–45, 2021. DOI: 10.15765/poli.v1i190.2224. Disponível em:

<<https://journal.poligran.edu.co/index.php/libros/article/view/2224>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação.** Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. Editora Nova Cultural, (1821) 1996.

SKAGGS, Neil T. Debt as the basis of currency: the monetary economics of trust. **American Journal of Economics and Sociology**, v. 57, n. 4, p. 453-467, 1998. Disponível em: <[https://cooperative-individualism.org/skaggs-neil\\_debt-as-the-basis-of-currency-1998-oct.pdf](https://cooperative-individualism.org/skaggs-neil_debt-as-the-basis-of-currency-1998-oct.pdf)><<https://www.jstor.org/stable/3487117>>. Acesso em: 09 julho 2022

\_\_\_\_\_. Henry Dunning Macleod and the credit theory of money. In: **Money, financial institutions and macroeconomics.** Springer, Dordrecht, 1997. p. 109-123. DOI

[https://doi.org/10.1007/978-94-011-5362-1\\_8](https://doi.org/10.1007/978-94-011-5362-1_8) Disponível

em:<[https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94-011-5362-1\\_8#citeas](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94-011-5362-1_8#citeas)> Acesso em: 09 julho 2022

\_\_\_\_\_. HD Macleod and the origins of the theory of finance in economic development.

**History of Political Economy**, v. 35, n. 3, p. 361-384, 2003. Disponível

em:<<https://muse.jhu.edu/article/46956>>. Acesso em: 9 julho 2022.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas.** São Paulo: Abril Cultural, (1779) 1982. v. 1. Livro I e II.

VÁRNAGY, Tomás. O pensamento político de John Locke e o surgimento do liberalismo. In: BORON, Atilio A. (Org.). **Filosofia política moderna: de Hobbes a Marx.** São Paulo:

CLACSO/USP, 2006. Cap. 2, p. 45-79, . Disponível em:

<[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolmpt/04\\_varnagy.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolmpt/04_varnagy.pdf)>. Acesso em: 22 julho 2022.